



## GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER  
Gerência de Licitação - DER-GEL

### MINUTA DE CONTRATO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO, PROJETO EXECUTIVO E CONSTRUÇÃO DE PONTE MISTA (AÇO E CONCRETO) E COMPONENTES AMBIENTAIS SOBRE O RIO CUJUBIM, NA RO-205, KM 11,20, TRECHO: ENTRE CUJUBIM E RO-133, NO MUNICÍPIO DE CUJUBIM/RO. N.º \_\_\_\_ QUE ENTRE SI CELEBRAM, O \_\_\_\_ E A EMPRESA \_\_\_\_ (NOME) \_\_\_\_.

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_ do ano de 202\_\_, o **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES — DER/RO**, sediado a Rua \_\_\_\_\_ n.º \_\_\_\_, \_\_\_\_\_, doravante denominada apenas **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Senhor \_\_\_\_\_, RG n.º \_\_\_\_, CPF \_\_\_\_, e a firma \_\_\_\_, CNPJ/MF n.º \_\_\_\_, estabelecida no \_\_\_\_, em \_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, (nacionalidade), RG \_\_\_\_, CPF \_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_, celebram o presente Contrato, decorrente do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0009.009341/2024-46**, que deu origem a **Concorrência nº \_\_\_\_/202\_/CPLO/SUPEL/RO**, homologado pela Autoridade Competente, regido pela Lei n. 14.133/21, bem como o Decreto Estadual n. 28.874 de 25 de janeiro de 2024, e ainda, demais legislações vigentes inerentes ao objeto em tela, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO E DAS INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Contratação de empresa de Engenharia especializada para a elaboração de Projeto Básico, Projeto Executivo e Construção de Ponte Mista (Aço e Concreto) e Componentes Ambientais sobre o Rio Cujubim, na RO-205, km 11,20, Trecho: entre Cujubim e RO-133, no município de Cujubim/RO.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Contratação de empresa de Engenharia especializada para a elaboração de Projeto Básico, Projeto Executivo e Construção de Ponte Mista (Aço e Concreto) e Componentes Ambientais sobre o Rio Cujubim, no município de Cujubim, RO-205, Trecho: km 11,20, entre Cujubim e RO-133.	UND	01

#### PARÁGRAFO SEGUNDO - Das informações essenciais:

- Rodovia:** RO-205
- Trecho:** km 11,20, entre o município de Cujubim e RO-133.
- Extensão:** 30,00 m
- Largura:** 9,00 m
- Localização:** [Google Maps](#)
- Município:** Cujubim
- Coordenadas:** 9°22'25.63"S 62°30'18.27"W
- SRE:** 205ERO0035 - Decreto Nº 27.282, DE 29 DE JUNHO DE 2022. (0028658617)
- Modalidade:** Concorrência.
- Critério de julgamento:** Técnica e Preço.
- Regime de Contratação:** Contratação Integrada.
- Critérios de Medição:** O serviço deverá ser executado conforme Especificação Técnica de serviço e Instruções presentes na Nota Técnica 15 (0053799666), a medição será dada de acordo com o disposto no Estudo Técnico Preliminar 54 (0062452105).

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Para a execução dos serviços, a Contratada deverá atender às exigências contidas em todas as peças técnicas contidas no **Anteprojeto de Engenharia** disponibilizado pela Coordenadoria de Planejamento, Projetos e Orçamento de Obras – CPPOO deste Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Os serviços relacionados a **Contratação de Empresa Especializada de Engenharia para Elaboração de Projeto Básico/Executivo e Construção de Ponte Mista (Aço e Concreto) e Componentes Ambientais sobre o Rio Cujubim, RO-205, Trecho: km 11,20, entre Cujubim e RO-133, no município de Cujubim/RO** compreendem as seguintes atividades:

1. Serviços Preliminares;
2. Proteção do encabeçamento;
3. Infraestrutura;
4. Mesoestrutura;
5. Superestrutura;
6. Acabamento;
7. Terraplenagem;
8. Pavimentação;
9. Drenagem;
10. Sinalização;
11. Obras complementares;
12. Controle e recuperação ambiental.

**PARÁGRAFO QUINTO** - As práticas de execução deverão obedecer às Normas Brasileiras (NBR's) da ABNT, Normas e Especificações Técnicas do DER/RO, as prescrições dos Manuais de Manutenção do DNIT, bem como eventuais alterações especificadas no Edital do processo **0009.009341/2024-46** da **Concorrência nº \_\_\_/202\_/CPLO/SUPEL/RO**.

**PARÁGRAFO SEXTO** - O anteprojeto de Engenharia a ser considerado está presente nos documentos Anteprojeto da Ponte sobre o Rio Cujubim (0057733849), Anteprojeto Geométrico (0057734266), Adendo - Anteprojeto Terraplanagem (0057734334), Adendo - Anteprojeto Drenagem (0057737749), Adendo - Anteprojeto Sinalização (0057734699), Adendo - Anteprojeto de Obras Complementares (0057734737), Adendo - Anteprojeto de Estudos Ambientais (0057737143).

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Os serviços de elaboração de projetos, incluindo os estudos preliminares, deverão ser realizados conforme consta nas Especificações Técnicas de Serviços constantes no anteprojeto, nas peças técnicas e na Nota Técnica 15 - Especificações Técnicas - OAE e Componentes Ambientais (0053799666), Nota Técnica 47 - Quantitativos de Elaboração de Projetos (0061643184) e Nota Técnica 5 (0057731401), enquanto os serviços de construção (execução) do objeto deverão ser realizados conforme as Especificações Técnicas de Serviços constantes na Nota Técnica 15 - Especificações Técnicas - OAE e Componentes Ambientais (0053799666), na Nota Técnica 5 (0057731401) e nas peças técnicas (projetos) referentes à execução dos objetos entregues pela contratada e aprovadas por este DER-RO, ambos serão medidos de acordo com o cronograma físico-financeiro após sua devida conclusão.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Fora elaborado por este DER-RO, o anteprojeto relativo ao objeto, os quais foram divulgados com o edital da licitação, a serem considerados: Adendo - Anteprojeto Ponte sobre o Rio Cujubim (0057733849), Memorial Descritivo - OAE (0057774437), Memória de Quantitativos - OAE (0057780228), Adendo - Anteprojeto Geométrico (0057734266), Adendo - Anteprojeto Terraplanagem (0057734334), Memorial Descritivo - Terraplanagem (0057737300), Adendo - Anteprojeto Drenagem (0057737749), Memorial Descritivo - Drenagem (0057737362), Adendo - Anteprojeto Sinalização (0057734699), Memorial Descritivo - Sinalização (0057737413), Adendo - Anteprojeto de Obras Complementares (0057734737), Memorial Descritivo - Obras Complementares (0057737562), Adendo - Anteprojeto de Estudos Ambientais (0057737143), Adendo Relação de Pessoal (0062116140), Adendo Cronograma Perman. (0062116335), Adendo BDI OAE (0062117064), Adendo BDI Construção Rodoviária (0062117150), Adendo Administração ponte (0062120253), Adendo Canteiro de obras utilizado (0062121444), Adendo Canteiro de obras não utilizado (0062121556), Adendo Mobilização e Desmobilização (0062121618), Adendo Encargos Sociais sem Desoneração Abril/25 (0062121767), Adendo Composição Planilha do Projeto Executivo (0062121677), Planilha Orçamentária - Sem desoneração 04/25 (0062316996), Adendo Índice de reajustamento (0062142549), Cronograma referencial de entregas de projeto (0062361446), Estudo Hidrológico (0057972050), Estudo Técnico - Levantamento Topobatimétrico (0057972527), Estudo Técnico - Relatório Levantamento Topográfico (0057972952) e Estudo Técnico - Ensaio de Prospecção geotécnica (0057973200).

**PARÁGRAFO NONO** - Para a elaboração dos projetos deverão ser utilizadas as peças técnicas referentes ao anteprojeto presentes no projeto básico de licitação e para a execução da solução serão utilizadas as peças técnicas entregues pela contratada e devidamente aceitas por este DER-RO.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - As principais obrigações a serem atendidas pela empresa para a execução do objeto são previstas no Edital de licitação e seus anexos.

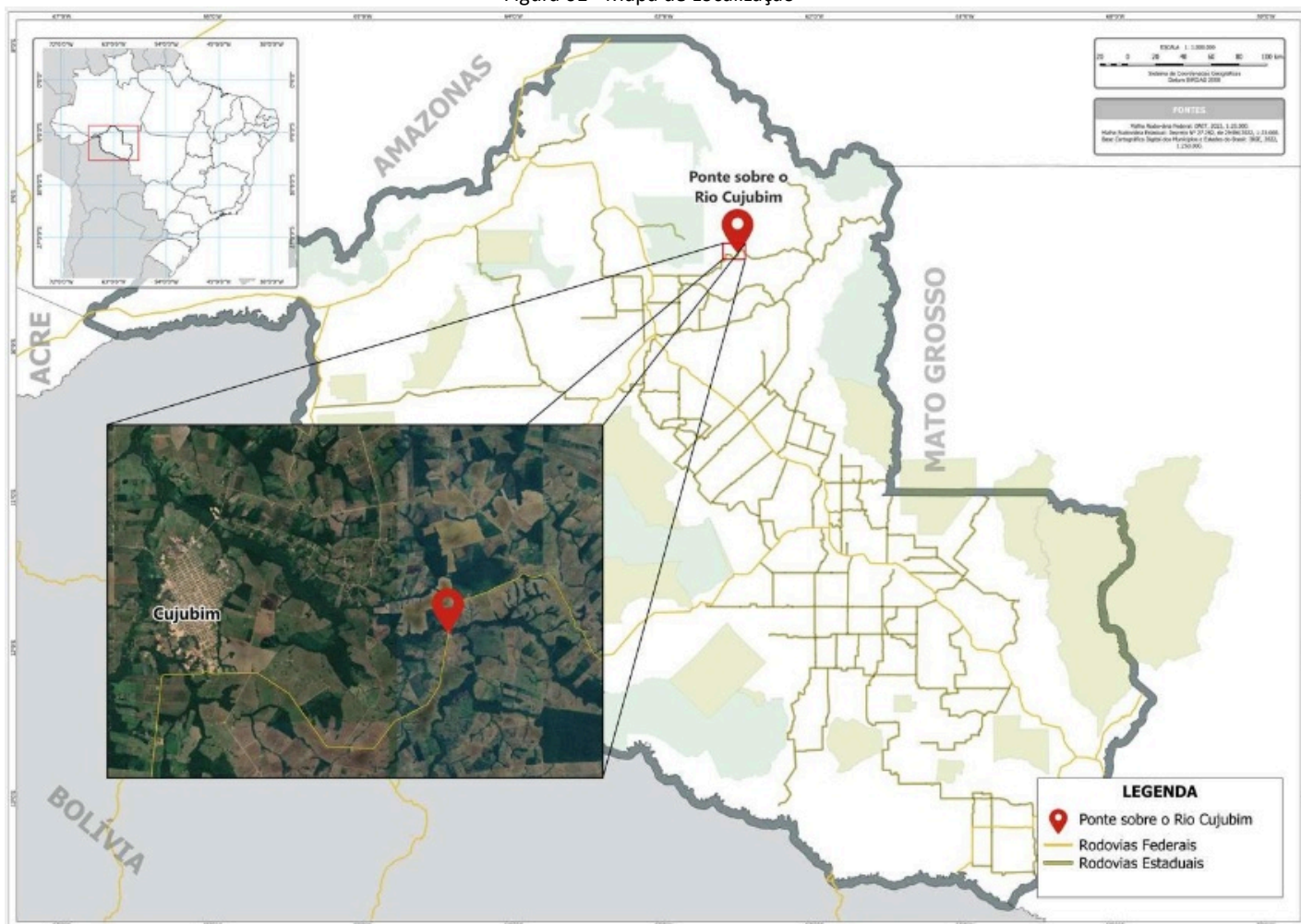
**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - Regime de Execução: O regime de execução adotado será por **CONTRATAÇÃO INTEGRADA**, por **PREÇO GLOBAL**.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - Vinculam-se a este instrumento contratual, independentemente de sua transcrição:

1. O Estudo Técnico Preliminar;
2. O Projeto Básico de Licitação;
3. O Edital de Licitação;
4. A Proposta do contratado;
5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - A Figura 01 apresenta o mapa de localização da ponte em questão:

Figura 01 - Mapa de Localização



## CLÁUSULA SEGUNDA — MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A solução para o objeto em questão é a contratação de empresa de Engenharia especializada para a elaboração de Projeto Básico, Projeto Executivo e Construção de Ponte Mista (Aço e Concreto) e Componentes Ambientais sobre o Rio Cujubim, na RO-205, através de Concorrência, serviço indispensável para proporcionar as devidas condições de tráfego na rodovia Estadual onde esta se localiza.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Fora elaborado por este DER-RO o anteprojeto relativo ao objeto, juntado aos autos através dos documentos Adendo - Anteprojeto Ponte sobre o Rio Cujubim (0057733849), Memorial Descritivo - OAE (0057774437), Memória de Quantitativos - OAE (0057780228), Adendo - Anteprojeto Geométrico (0057734266), Adendo - Anteprojeto Terraplanagem (0057734334), Memorial Descritivo - Terraplanagem (0057737300), Adendo - Anteprojeto Drenagem (0057737749), Memorial Descritivo - Drenagem (0057737362), Adendo - Anteprojeto Sinalização (0057734699), Memorial Descritivo - Sinalização (0057737413), Adendo - Anteprojeto de Obras Complementares (0057734737), Memorial Descritivo - Obras Complementares (0057737562), Adendo - Anteprojeto de Estudos Ambientais (0057737143), Adendo BDI OAE (0062117064), Adendo BDI Construção Rodoviária (0062117150), Adendo Administração ponte (0062120253), Adendo Canteiro de obras utilizado (0062121444), Adendo Canteiro de obras não utilizado (0062121556), Adendo Mobilização e Desmobilização (0062121618), Adendo Encargos Sociais sem Desoneração Abril/25 (0062121767), Adendo Composição Planilha do Projeto Executivo (0062121677), Planilha Orçamentária - Sem desoneração 04/25 (0062316996), Estudo Hidrológico (0057972050), Estudo Técnico - Levantamento Topobatemétrico (0057972527), Estudo Técnico - Relatório Levantamento Topográfico (0057972952) e Estudo Técnico - Ensaio de Prospecção geotécnica (0057973200), os quais serão divulgados com o edital da licitação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Para a elaboração dos projetos deverão ser utilizadas as peças técnicas referentes ao anteprojeto presentes neste processo e para a execução da solução serão utilizadas as peças técnicas entregues pela contratada e devidamente aceitas por este DER-RO.

**PARÁGRAFO QUARTO** - NÃO FORAM elaborados os projetos básico e executivo, sendo tal atribuição de elaboração expressamente responsabilidade da contratada, com os custos deste serviço contemplados na planilha orçamentária elaborada, disponível em Adendo Planilha Orçamentária - Sem desoneração 04/25 (0062316996). Nessa hipótese, o anteprojeto e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos básico e executivo pela contratada.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A execução da solução deverá obedecer às Normas Brasileiras (NBR's) da ABNT, Normas e Especificações Técnicas do DER-RO e prescrições dos Manuais de Manutenção do DNIT, bem como eventuais alterações especificadas no presente Edital.

**PARÁGRAFO SEXTO** - A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela fiscalização do serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os quantitativos efetivamente executados.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - O recebimento dos serviços será efetuado por uma Comissão de Fiscalização, Exame, Entrega e Recebimento, integrada por dois ou mais servidores do DER/RO, **para cada etapa da contratação, neste caso sendo projeto e execução**, nomeados pelo Diretor Geral para tal finalidade acompanhados do Responsável Técnico da empresa, observando as disposições contidas no Edital e no Artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

**PARÁGRAFO OITAVO** - Conforme determinação do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, contida no §7º, do art. 7º, da Lei n. 12.462, de 4 de agosto de 2011:

§ 7º É vedada a realização, sem projeto executivo, de obras e serviços de engenharia para cuja concretização tenha sido utilizado o RDC, qualquer que seja o regime adotado.

Substituída pelo § 1º, do art.46º, da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

§ 1º É vedada a realização de obras e serviços de engenharia sem projeto executivo, ressalvada a hipótese prevista no [§ 3º do art. 18 desta Lei](#).

§ 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

**PARÁGRAFO NONO** - Portanto, é **vedado o início dos serviços de execução** sem a prévia confecção dos projetos básicos e executivos, devidamente acompanhados de seus respectivos orçamentos, fundamentados em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados, com valores de serviços limitados pelas referências oficiais da administração pública, os quais **devem ser previamente aprovados pelo corpo técnico do DER-RO**.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - A empresa contratada deverá desenvolver e entregar o projeto da ponte utilizando a metodologia BIM (*Building Information Modeling*), garantindo a interoperabilidade, compatibilidade e nível de detalhamento adequado conforme as normas vigentes. O projeto deverá ser fornecido em formato aberto (como IFC) e nativo da plataforma utilizada, incluindo modelos 3D, documentação associada, quantitativos e demais elementos necessários para a análise, aprovação e execução da obra.

#### **PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

1. O objeto contratual deverá ser executado no local definido no item DEFINIÇÕES E INFORMAÇÕES ESSENCIAIS no presente Projeto Básico de Licitação.

2. Os serviços necessários inerentes a execução do empreendimento deverão ser realizados “in loco”, na RO-205, km 11,20, Trecho: entre Cujubim e RO-133, no município de Cujubim/RO, cabendo à Empresa contratada arcar com custos de transporte (pessoal, equipamentos e materiais). O Cronograma Físico-Financeiro, parte integrante do Projeto Básico de Licitação, sendo que ele representa as quantidades de serviços a serem executados fielmente pela contratada e se faz o elemento básico de controle dos serviços como também elemento de referência para medição e pagamento. Com base nesses cronogramas, será ajustado um cronograma de execução de acordo com a programação física e financeira existente por ocasião da assinatura do contrato ou de outro documento hábil.

#### **PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - DIÁRIO DE OBRAS:**

1. No Diário de Obras deverão constar as seguintes anotações:

##### **I - Pela CONTRATADA:**

- a) Preenchimento dos cabeçalhos;
- b) Registro de fatos normais do andamento dos serviços, como: entrada e saída de equipamentos, serviços em andamento, efetivo de pessoal, condições climáticas, visitas ao canteiro de serviço, inclusive para as atividades de suas subcontratadas;
- c) As datas de conclusão de etapas, caracterizadas de acordo com o cronograma aprovado;
- d) Os acidentes ocorridos na execução da obra ou serviço;
- e) A eventual escassez de material que resulte em dificuldade para execução da obra e/ou serviço;
- f) Medições das etapas de obras;

g) Interrupções no fornecimento de energia elétrica e/ou água.

## **II - Pela FISCALIZAÇÃO:**

a) Atestado da veracidade dos registros previstos no item "I" anterior (nas datas em que efetivamente a fiscalização estiver na obra);

b) Determinação de providências para cumprimento dos termos do contrato e das especificações;

c) Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente ao trabalho da FISCALIZAÇÃO.

d) O Diário de Obras será entregue à Administração, que o manterá em seu poder por prazo nunca inferior a 05 (cinco) anos.

2. A comunicação entre a Fiscalização e a Contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros na Caderneta de Ocorrências.

a) A Caderneta de Ocorrências, com páginas numeradas em 3 (três) vias, 2 (duas) destacáveis, será destinada ao registro de fatos e comunicações que tenham implicação contratual, como: modificações de projeto, conclusão e aprovação de serviços e etapas construtivas, autorizações para execução de trabalho adicional, autorização para substituição de materiais e equipamentos, ajustes no cronograma e plano de execução dos serviços e obras, irregularidades e providências a serem tomadas pela Contratada e Fiscalização.

b) As reuniões realizadas no local dos serviços e obras serão documentadas por Atas de Reunião, elaboradas pela Fiscalização e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsáveis pelas providências a serem tomadas.

## **PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - NECESSIDADE DE PROVA DE CONCEITO, AMOSTRAS, CERTIFICAÇÕES, LAUDO OU DOCUMENTO SIMILAR**

1. Para a presente contratação, considerando o objeto envolver a elaboração de projetos e execução de ponte em regime de contratação integrada, **não se vislumbra a necessidade de prova de conceito ou apresentação de amostras**, uma vez que se trata de serviço técnico e obra de engenharia civil.

2. Contudo, **será exigida a apresentação de certificações legais pertinentes**, como registro no CREA/CAU, comprovação de acervo técnico compatível com o objeto, conforme descrito no edital e seus anexos.

3. Da mesma forma, **laudos técnicos e estudos específicos** (como sondagens, laudos geotécnicos e memoriais de cálculo) deverão ser apresentados para validação dos projetos e execução das obras, conforme solicitado e disposto no Estudo Técnico Preliminar 54, na Nota Técnica 15 - Especificações Técnicas - OAE e Componentes Ambi (0053799666) e na Nota Técnica 5 - Rodovia (0057731401).

## **CLÁUSULA TERCEIRA — DA MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO OBJETO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de recebimento definitivo, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, sem prejuízo da vida útil de projeto de cada estrutura, de forma a assegurar a integridade, a performance e a durabilidade dos elementos estruturais e dos materiais empregados no reforço da ponte.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Em caso de identificação de vício, defeito, incorreção ou da necessidade de manutenção, no prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de recebimento definitivo do objeto, o contratado será notificado pela contratante e ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessária, sem prejuízo da vida útil de projeto de cada estrutura e sem ônus à administração pública.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O contratado terá prazo de 10 (dez) dias corridos a partir da data de envio da notificação para se manifestar acerca das providências a serem tomadas em acordo com a contratante.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A presente contratação não conta com assistência técnica devido à natureza do objeto, contando apenas com a garantia contratual de 5 (cinco) anos descrita anteriormente.

## **CLÁUSULA QUARTA — DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E DOS PRAZOS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme o art. 111 da Lei n. 14.133/2021, *in verbis*:

Art. 111. Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

Parágrafo único. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

I - o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

II - a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A contratada deverá realizar a assinatura do contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da ciência da convocação, bem como, de manter suas informações atualizadas até o término de suas obrigações.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A expedição da “Ordem de Serviço Inicial” somente se efetivará após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado. A autoridade competente do DER/RO expedirá a “ordem de serviço inicial” **dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos**, contados da publicação. Não expedida dentro de tal prazo, ter-se á como expedida no último dia do mesmo prazo.

**PARÁGRAFO QUARTO** - O prazo previsto para execução total dos serviços será de **270 (duzentos e setenta) dias**. Esse prazo será contado a partir da data do recebimento da primeira Ordem de Serviço, expedida pelo DER-RO, conforme os prazos das etapas previstos no Cronograma Físico-Financeiro.

**PARÁGRAFO QUINTO** - O prazo de vigência do contrato se estenderá por mais **135 (cento e trinta e cinco) dias**, além do prazo de execução, totalizando **405 (quatrocentos e cinco)**, contados a partir da data de assinatura do contrato, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado, tendo início e vencimento em dia de expediente.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Havendo ordem de paralisação do contrato, serão suspensos os prazos de vigência e de execução.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115 da Lei n. 14.133/2021.

**PARÁGRAFO OITAVO** - Em caso de paralisação da execução da obra, por mais de um mês a Administração deverá divulgar, em sítio eletrônico oficial e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de obra paralisada, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução, conforme §§ 6º e 7º do art. 115 da Lei n. 14.133/2021.

**PARÁGRAFO NONO** - Serão expedidas Ordens de Serviços por este DER para cada etapa que compõe o objeto contratual deste instrumento. Portanto, serão expedidas ordens de serviços diferentes para os serviços de elaboração de projetos e para o serviço de execução da obra.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - As prorrogações dos prazos de execução e da vigência do contrato, caso necessárias, serão precedidas da solicitação e correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Para a elaboração dos projetos básico e executivo:**

1. Prazo de início: os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após recebimento pela empresa da Ordem de Serviço para a elaboração dos projetos emitida pelo DER-RO;
2. A Contratada deverá entregar em até 20 (vinte) dias a partir da ordem de serviço, plano de trabalho, contendo todos os estudos necessários do projeto, detalhando todas as soluções propostas, as técnicas e metodologias diferenciadas a serem aplicados na concepção do projeto, a fim de análise e aprovação pelo DER/RO, ou solicitação de adequações necessárias.
3. O prazo para elaboração dos projetos básico e executivo será de **90 (noventa) corridos** a partir da emissão ordem de serviço, devendo os projetos serem entregues em sua totalidade até esse prazo. Cabe salientar que após esse prazo de 90 (noventa) dias, o cronograma contempla um período de 30 (trinta) dias corridos para análise. Totaliza-se assim, um período de **120 (cento e vinte) dias** para a elaboração, análise e aprovação dos projetos básico e executivo, conforme Cronograma referencial de entregas de projeto (0062361446).
4. Conforme explicitado no Cronograma referencial de entregas de projeto (0062361446), ao final dos primeiros 30 (trinta) dias, para fins de entrega do 1º relatório, a empresa apresentará ao DER os seguintes produtos: estudo hidrológico, estudos topográficos, estudos geotécnicos e sondagens. O DER terá o prazo de 10 dias para análise dos produtos. Nesse período, a empresa dará continuidade à elaboração dos demais projetos.
5. Completados 60 (sessenta) dias, para fins de entrega do 2º relatório, a empresa apresentará ao DER os seguintes produtos: projeto geométrico, projeto de terraplenagem e componente ambiental. O DER terá o prazo de 10 dias para análise dos produtos. Nesse período, a empresa dará continuidade à elaboração dos demais projetos.
6. Ao final dos 90 (noventa) dias, os demais componentes deverão ser entregues, a saber, o Projeto de OAE, projeto de obras complementares, projeto de drenagem, projeto de sinalização, bem como o orçamento e plano de execução. Ressalta-se que ao final desse período, todos os projetos e estudos deverão estar finalizados e serem entregues a título de projeto executivo.
7. O prazo para correção dos projetos básico e executivo realizada pela contratada será de 15 (quinze) dias corridos a partir da análise dos projetos realizada pela contratante.
8. O prazo para reanálise dos projetos básico e executivo realizada pela contratante será de 10 (dias) úteis a partir da entrega da versão corrigida dos projetos em questão pela contratada.
9. Os projetos básicos e executivos elaborados pela empresa contratada somente deverão ser aprovados pelos responsáveis técnicos pela análise da mesma caso atendam integralmente às premissas e condições de desempenho estabelecidas inicialmente no anteprojeto.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Para a execução da obra:**



1. Prazo de início: a execução da obra deverá ser iniciada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após recebimento pela empresa da Ordem de Serviço para a execução da obra emitida pelo DER-RO;
2. O prazo para execução da obra será de 150 (cento e cinquenta) dias corridos, contados a partir da data de emissão da respectiva Ordem de Serviço para a execução da obra, devendo a contratada submeter à aprovação do DER/RO a sua proposta de cronograma físico-financeiro para a execução da obra.
3. Para a execução da obra, a Contratada deverá atender às exigências contidas no **Projeto Executivo de Engenharia** e seus Anexos devidamente aprovados por este DER-RO, bem como as especificações técnicas e a relação de equipamentos mínimos, devendo utilizar as placas de sinalização e advertência durante toda a obra.
4. A data da conclusão será considerada quando a Contratada notificar a Contratante, desde que a Fiscalização desta considere o serviço em condições de ser recebido.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Prazo de verificação de pendências:** Esse período antecederá à expedição da ordem de serviço, sendo contados da publicação do contrato, para verificação de pendências liberação de áreas ou adoção de outras providências cabíveis para a regularidade do início de sua execução, e ocorrerá da seguintes forma:

- a) A contratada terá até 10 (dez) dias úteis para a verificação de pendências; e,
- b) A contratante terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fornecer orientações quanto as pendências.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA REVISÃO, REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Em consonância com o Art. 133 da Lei n. 14.133/2021, nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

- I - Para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;
- II - Por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 desta Lei;
- III - Por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do § 5º do art. 46 desta Lei;
- IV - Por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Os aditamentos contratuais somente serão concedidos quando em consonância com o Art. 133 da Lei n. 14.133/2021 e nos casos em que o valor acumulado das alterações superar o percentual de 4% (quatro por cento) do valor originalmente contratado. Alterações cujos montantes sejam inferiores a esse limite serão absorvidas pela contratada, considerando-se que tais variações não representam impacto significativo à execução do objeto contratado. Essa medida visa garantir a previsibilidade financeira da contratação, estimular a eficiência na gestão dos recursos e evitar ajustes contratuais de pequeno valor que possam comprometer a celeridade e a economicidade do processo.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A data-base da planilha orçamentária estimativa é **SICRO – Mês base abril/2025** e serve como orientação aos licitantes. Esta será a data-base para reajuste, observado o disposto na Cláusula de Reajuste do Edital.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Decorrido período de 01 (um) ano, contado a partir da data-base do orçamento preestabelecido no edital, o reajuste será aplicado pelos índices setoriais pertinentes, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12 (doze) meses.

**PARÁGRAFO SEXTO** - O reajustamento dos serviços deve ser realizado em conformidade com o Decreto Estadual nº 28.874/2024 e suas alterações, bem como de acordo com a Instrução Normativa nº 01/2023, de 24 de janeiro de 2023, publicada no Boletim Administrativo do DNIT nº 18, em 25 de janeiro de 2023.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Quando o reajustamento for solicitado pela contratada, este deve demonstrar o período sobre o qual está solicitando o reajuste e os respectivos cálculos devidos a esta solicitação.

**PARÁGRAFO OITAVO** - Os preços contratuais, em Reais (R\$), serão reajustados da seguinte forma:

1. Pelo índice de reajustamento fornecido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e disponibilizado no site do DNIT;
2. O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme regra definida abaixo:

Fórmula de Reajustamento:

$$R = \frac{(I_1 - I_0)}{I_0} \times V$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento a ser calculada;

IO = Índice de preço verificado no mês-base do contrato;

Ii = Índice de preço referente ao mês de reajustamento;

V = Valor, a preços iniciais, da parcela do contrato ou serviço a ser reajustado.

**PARÁGRAFO NONO** - Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas cuja previsão de execução no cronograma esteja além da data-base considerada.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Não se admitirá como encargo financeiro juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - Para as etapas do cronograma com previsão de conclusão anterior à data-base considerada, mas que não estejam concluídas, não será aplicado reajuste.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, será pago à Contratada a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - Fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** - **Justifica-se a sua adoção atendendo aos princípios públicos da equidade e do equilíbrio econômico-financeiro frente a condições imprevisíveis e/ou mudanças no cenário econômico que inviabilizem a execução total do objeto.**

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** - Os reajustes e as repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado ou quando houver requerimento prévio pendente de análise (art. 153, Decreto Estadual n. 28.874/2024).

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** - Nos termos do art. 154 do Decreto Estadual n. 28.874/2024, o reajuste em sentido estrito, espécie de reajuste nos contratos de obra, fornecimento ou serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, consiste na aplicação de índice de correção monetária estabelecido no contrato, que retratará a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices combinados, específicos ou setoriais.

I - Os pedidos de reajustamento em sentido estrito, repactuação e revisão, nos termos do art. 152, do Decreto Estadual n. 28.874/2024, além da documentação específica relativa ao requerimento, deverão ser instruídos com seguintes documentos:

II - requerimento expresso do contratado, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, no caso de reajuste em sentido estrito, ou da entrada em vigor do acordo, convenção ou dissídio coletivo, no caso de repactuação;

III - análise técnica acerca da correção do requerimento do contratado, inclusive quanto aos cálculos, a ser realizada pela Pasta responsável pelo contrato;

IV - documentação comprobatória da disponibilidade de recursos orçamentários previstos para fazer frente à despesa a ser assumida, como pedido de reserva ou documento equivalente, além da declaração da compatibilidade da despesa com a legislação orçamentária;

V - autorização expressa por parte da autoridade máxima da Pasta.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO** - Nos termos do art. 155, do Decreto Estadual n. 28.874/2024, o pedido de reajuste do contrato deverá ser devidamente fundamentado e instruído, além daqueles constante no art. 152, com os seguintes documentos:

I - planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e,

II - planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO** - O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito (art. 151, Decreto Estadual n.º 28.874/2024);

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO** - O prazo de resposta ao pedido do equilíbrio econômico-financeiro se dará em até 60 (sessenta) dias.



**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO** - Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, nos termos do Art. 124 ao Art. 126 da Lei n. 14.133/2021.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO** - Nas hipóteses de ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E DOS PREÇOS, os autos deverão ser encaminhados para análise jurídica por parte da Procuradoria-Geral do Estado, com base nos arts. 165, 166 e 167 do Decreto Estadual n. 28.874/2024.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO** - Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei n. 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO** - As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei não poderão transfigurar o objeto da contratação.

## **CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA DO CONTRATO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A presente contratação contará com garantia de execução, nos moldes do Capítulo II, da Lei n. 14.133, de 2021, no que couber devido à sua complexidade e ao seu valor de contratação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A contratada deverá prestar garantia na modalidade que optar, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do Termo de Contrato, observando o §3º do Art. 96 da Lei Nº 14.133/21, sendo fixado o prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - As modalidades de garantia pela qual a contratada poderá optar são:

1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

2. Seguro-garantia;

3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Caso opte pelo seguro-garantia, o edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Caso opte pelas modalidades de caução ou fiança bancária, a contratada deverá prestar garantia em até 10 (dez) dias após a publicação do extrato do instrumento no Diário Oficial do Estado (DOE);

**PARÁGRAFO SEXTO** - Caso a contratada opte pela oferta de seguro-garantia, deverão ser observadas as regras estabelecidas no art. 97, da Lei n. 14.133/2021. Fica estabelecido o prazo de 1 (um) mês, contado da data da homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia (art. 96, §3 da Lei n. 14.133/2021). Ademais, deverão ser atendidos os seguintes critérios:

1. Entrega da apólice, inclusive digital, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a comercializar seguros;

2. O seguro-garantia e suas condições gerais deverão atender a CIRCULAR SUSEP n.º 662, de 11 de abril de 2022;

3. A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site: Consulta de Apólice de Seguro Garantia;

4. O seguro-garantia deve prever o pagamento de multas contratuais, contemplar Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias do CONTRATADO (TOMADOR) em relação à obra.

5. O seguro-garantia deverá prever o atendimento deste instrumento contratual, do Projeto Básico de Licitação e edital como condição geral. Em caso de impossibilidade de atendimento, deverá haver expressa justificativa a ser aceita pela Autarquia.

6. Na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

a) Número completo da licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do Contrato;

b) Objeto a ser contratado, especificado no Edital;

c) Nome e número do CNPJ do SEGURADO (DER/RO);

d) Nome e número do CNPJ do emitente (Seguradora);

e) Nome e número do CNPJ da CONTRATADA (TOMADORA da apólice).

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

**PARÁGRAFO OITAVO** - O seguro-garantia deve prever o endosso em caso de reajustamento do contrato.

**PARÁGRAFO NONO** - A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - A apólice de seguro, deve expressar o DER/RO como SEGURADO e especificar claramente o objeto do seguro conforme o Edital e/ou Termo de Contrato, ou Termo Aditivo a que se vincula;

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - Respeitadas as demais condições contidas neste Edital e seus Anexos, a garantia será liberada após a integral execução do Contrato, desde que a Licitante CONTRATADA tenha cumprido todas as obrigações contratuais.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - A garantia deverá contemplar, além do prazo de execução de Contrato, o prazo para recebimento definitivo da obra, devendo ser renovada a cada prorrogação, repactuação ou alteração efetiva no Contrato;

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente;

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - A garantia prestada pela Contratada responderá por qualquer das suas obrigações decorrentes do Contrato, inclusive as multas que a ela venham a ser aplicadas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - Em atenção ao Art. 102 da Lei nº 14.133/2021, na presente contratação de obra especial de engenharia, pautado na vantajosidade da contratação, não será adotada a cláusula de retomada da modalidade de seguro-garantia. A cláusula de retomada é mais comum em contratos de obras e serviços de engenharia de grande vulto(Art. 99), definidos pela legislação como aqueles com valores significativos (acima de R\$ 250,9 milhões em nível federal, ou R\$ 50 milhões em alguns estados). Levando em consideração as dificuldade impostas pelas seguradoras e que esta obra não se enquadra dentro dos parâmetros financeiros de obra de grande vulto, a cláusula de retomada não será obrigatória, ficando sob a incumbência da contratada a sua adoção.

## **CLAÚSULA SÉTIMA - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **PARÁGRAFO QUARTO - Preposto**

1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

2. A Contratada deverá manter um Preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato.

3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

**PARÁGRAFO QUINTO - Fiscalização:** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n. 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **PARÁGRAFO SEXTO - Do Gestor do Contrato**

1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato.

2. O gestor do contrato tem como função administrar o contrato até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle individualizado de cada contrato, com a devida observância de suas obrigações descritas no Art. 20 do Decreto Estadual n. 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

**PARÁGRAFO SÉTIMO - Da Fiscalização de contrato:** A função de fiscal de contrato, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, cabendo-lhe, dentre outras atribuições inerentes à função, obedecerá às obrigações descritas Art. 21 e 22 do Decreto Estadual n. 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

### **PARÁGRAFO OITAVO -Da Fiscalização Técnica/Da Fiscalização Administrativa**

1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
7. Além do disposto acima, a fiscalização técnica obedecerá as obrigações descritas no Art. 23 do Decreto Estadual n. 28.874 de 25 de janeiro de 2024.
8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
9. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às obrigações descritas no Art. 24 do Decreto Estadual n. 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

#### **PARÁGRAFO NONO - Da Gestão e Fiscalização do Contrato e Orientações Gerais**

1. Caberá aos fiscais do Contrato, designados por Portaria da Direção Geral do DER/RO, fazer cumprir todas as exigências do DER/RO e as responsabilidades da construtora, descritas neste Projeto Básico de Licitação, assim como, o cálculo dos valores das respectivas parcelas mensais a serem medidas, em conformidade com as regras dispostas acima.
2. A CONTRATANTE designará Engenheiros, com autoridade para exercer em nome do DER/RO, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.
3. As exigências da FISCALIZAÇÃO basear-se-ão nas especificações constantes neste Projeto Básico de Licitação e seus anexos bem como nas regras de boa técnica.
4. O DER/RO indicará por meio de Portaria ou Ordem de Serviço, um ou mais representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes aos objetos contratados, conforme dispõe o Decreto Estadual n. 28.874 de 25 de janeiro de 2024, Seção VIII ART. 23.

#### **CLAÚSULA OITAVA - DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO DOS CONTRATOS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e,
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**PARÁGRAFO QUARTO** - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previsto no artigo 137 da lei n. 14.133/2021, bem como amigavelmente assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Na hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

**PARÁGRAFO SEXTO** - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**PARÁGRAFO OITAVO** - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido.

1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
3. Indenizações e multas.

**PARÁGRAFO NONO** - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório Art. 131, caput da lei n. 14.133/2021.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigentes do órgão ou entidade constante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até terceiro grau Art. 14, inciso IV da lei n. 14.133/2021.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição do Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à CONTRATANTE de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente a execução realizada, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada o contraditório e a ampla defesa.

## **CLÁUSULA NONA - PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os procedimentos de que permeiam a transição e finalização de um contrato referem-se às etapas e ações necessárias para concluir ou encerrar formalmente um contrato de maneira adequada, garantindo que todas as obrigações sejam cumpridas, as partes envolvidas estejam cientes de suas responsabilidades e o processo seja realizado de maneira eficiente e dentro dos prazos estabelecidos. Esses procedimentos geralmente envolvem as seguintes etapas:

### **I - Procedimentos de Transição:**

**a) Continuidade da Gestão:** Consiste em planejar a continuidade dos ritos processuais durante a transição, que culmina com a expiração da vigência do contrato, onde finda a responsabilidade da figura de gestor do contrato, a qual se transfere para a fiscalização com apoio da gerência de contratos e fiscalização, **conforme descrito no item VII desta cláusula**, para que não haja interrupção ou perda de desempenho do objeto contratado.

**b) Penalidades:** Em caso de surgimento de ocorrências patológicas, devidamente constatadas como de responsabilidade da empresa executora, e caso esta se negue a realizar a mitigação do fato gerador, uma vez findado todas as tentativas de forma administrativa, deverá ser instaurado processo de apuração de penalidades, de forma a trazer aos autos o conhecimento da magnitude financeira do dano ocorrido, sem prejuízo de multa e juros, e acionar judicialmente a empresa executora para ressarcimento ao erário estadual do dano causado.

### **II - Procedimentos de Finalização:**

**a) Cumprimento das Obrigações:** Verificar se todas as obrigações contratuais foram cumpridas por ambas as partes, incluindo pagamentos, entrega de produtos ou serviços, entre outros.

**b) Liquidar Pendências:** Resolver quaisquer pendências ou ajustes financeiros, como faturas ou taxas não pagas, indenizações ou glosas a serem retidas.

**c) Assinatura de Aditivos ou Termos de Encerramento:** Se necessário, formalizar a finalização com a assinatura de um termo de encerramento, declarando que todas as obrigações foram cumpridas e o contrato está finalizado passando a iniciar o prazo de garantia quinquenal **conforme item V desta cláusula**.

**d) Documentação Final:** Criar e arquivar a documentação necessária que comprove a conclusão do contrato (a exemplo dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo) e o cumprimento das cláusulas acordadas.

**e) Desmobilização de Recursos Financeiros:** Realocação de recursos financeiros que estavam alocados ao contrato, como equipes, equipamentos, materiais, recursos financeiros, etc.

**f) Análise de Resultados e Lições Aprendidas:** Revisar o desempenho do contrato, avaliar os resultados alcançados e extrair lições que possam ser aplicadas em contratos futuros.

**III - Emissão de TRP - Termo de Recebimento Provisório** pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme descrito na **alínea d) do item II desta cláusula**;

**IV - Emissão de TRD - Termo de Recebimento Definitivo** por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, conforme descrito na **alínea d) do item II desta cláusula**;

**V** - Início do acompanhamento da garantia quinquenal, que inicia contagem a partir da data de finalização do prazo de execução do objeto contratado;

**VI** - Incorporação do objeto do contrato ao patrimônio público pelo setor responsável;

**VII** - Após finalização do prazo da vigência contratual, como ato final do gestor do contrato, os autos deverão ser encaminhados para a gerência de contratos, GCF, e coordenadoria responsável, CPPOO, de forma a evidenciar a finalização da responsabilidade da figura do gestor do contrato, onde a partir desta data, cabe à fiscalização realizar as vistorias anuais, a fim de acompanhar a garantia quinquenal do objeto, a qual finda no último dia do quinto ano, contado a partir da finalização do prazo de execução do objeto. Desta feita, os acompanhamentos e possíveis notificações a serem emitidas conforme demanda da fiscalização, ficam sob a tutela da Gerência de Contratos e Fiscalização, GCF, de forma a manter o elo de comunicação entre a autarquia, DER e a empresa executora até que se finde o prazo da garantia quinquenal.

## **CLÁUSULA DÉCIMA — CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO - RECEBIMENTO PROVISÓRIO DAS OBRAS/ SERVIÇOS:** Serão realizados os recebimentos provisórios tanto dos projetos quanto da execução da obra;

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Quando os serviços/obras contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante;

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O recebimento provisório dos serviços/obras deverá ser realizado mediante termo detalhado, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme o disposto no Art. 140, alínea “a” da Lei Federal n. 14.133/2021.

**PARÁGRAFO QUARTO** - O recebimento provisório dos serviços/obras deverá ser realizado dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da comunicação da Contratada quanto à conclusão dos trabalhos, conforme o disposto no Art. 140, alínea “a” da Lei Federal n. 14.133/2021.

**PARÁGRAFO QUINTO** - O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

**PARÁGRAFO SEXTO - O fiscal administrativo do contrato** realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 24,VII Decreto n. 28.874, de 25 de janeiro de 2024).

**PARÁGRAFO SÉTIMO - O fiscal técnico do contrato** realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 23, X Decreto n. 28.874, de 25 de janeiro de 2024).

**PARÁGRAFO OITAVO** - Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**PARÁGRAFO NONO** - Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a emissão do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - RECEBIMENTO DEFINITIVO DAS OBRAS/SERVIÇOS:** Serão realizados os recebimentos definitivos tanto dos projetos quanto da execução da obra;

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - O recebimento definitivo das obras e serviços será feito mediante as seguintes condições:

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - A aceitabilidade da obra/serviços deverá ser avaliada pela fiscalização e estará condicionada à correta elaboração e execução do projeto de engenharia aprovado, ao acompanhamento e atestação dos serviços pela fiscalização, aos relatórios de controle da qualidade, que contenham os resultados dos ensaios devidamente interpretados, caracterizando a qualidade dos serviços executados e o atendimento as normas e especificações vigentes.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - O recebimento dos serviços será efetuado por uma Comissão de Fiscalização, Exame, Entrega e Recebimento, integrada por dois ou mais servidores do DER/RO, **para cada etapa da contratação, neste caso sendo projeto e execução**, nomeados pelo Diretor Geral para tal finalidade acompanhados do Responsável Técnico da empresa, observando as disposições contidas no Edital e no Artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, comprovando-se a adequação do objeto aos prazos contratuais;

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** - Por Comissão designada pela Contratante, após o decurso do prazo de observação ou de vistoria, comprovando-se a adequação do objeto aos prazos contratuais.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** - Até 60 (sessenta) dias corridos, a contar da lavratura do termo do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- a) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 20, Decreto n. 28.874, de 25 de janeiro de 2024).
- b) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- c) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços/obras prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- d) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- e) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- f) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n. 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- g) Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- h) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviços/obras nem a responsabilidade ético- profissional pela perfeita execução do contrato.
- i) A Contratada deverá entregar a serviços/obras em perfeitas condições de uso e funcionamento, o DER/RO poderá exigir os reparos e substituições convenientes tanto anteriores quanto posteriores à entrega da obra, consignando-se os motivos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** - Caso sejam constatados itens do Contrato que não tenham sido cumpridos satisfatoriamente, a Comissão de Fiscalização emitirá um Laudo de Vistoria, no qual constarão as exigências e prazo para sua execução;

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO** - O recebimento também ficará sujeito, quando cabível, à correção de eventuais falhas decorrentes de execuções incorretas;

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO** - A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificar em vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas na fase de recebimento;

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO** - As aprovações dos projetos, bem como da obra, serão realizadas dentro do prazo estabelecido, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato;

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO** - O recebimento definitivo do objeto licitado está vinculado aos serviços/obras entregues e não exige a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n. 10.406, de 2002);

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO** - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico de Licitação e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sempre juízo da aplicação de penalidades.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO** - Com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, fica estabelecido, a partir da data de sua emissão, o compromisso da Contratada com o cumprimento do prazo de 05 (cinco) anos, mencionados no artigo 618 do Código Civil;

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO** - O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de recebimento definitivo, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, sem prejuízo da vida útil de projeto de cada estrutura.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO - DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DA MEDIÇÃO:** Os serviços de elaboração de projetos, incluindo os estudos preliminares, deverão ser realizados conforme consta nas Especificações Técnicas de Serviços constantes no anteprojeto, nas peças técnicas e na Nota Técnica 15 - Especificações Técnicas - OAE e Componentes Ambientais (0053799666), Nota Técnica 47 - Quantitativos de Elaboração de Projetos (0061643184) e Nota Técnica 5 (0057731401), enquanto os serviços de execução do objeto deverão ser realizados conforme as Especificações Técnicas de Serviços constantes na Nota Técnica 15 - Especificações Técnicas - OAE e Componentes Ambientais (0053799666), na Nota Técnica



5 (0057731401) e nas peças técnicas referentes à execução dos objetos entregues pela contratada e aprovadas por este DER/RO, ambos serão medidos de acordo com o cronograma físico-financeiro após sua devida conclusão.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO** - Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada, além dos documentos necessários a cada medição como nota fiscal assinada pelos fiscais, relatório fotográfico, entre outros, conforme especificado no Estudo Técnico Preliminar 54.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO** - Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem perfeitamente executados em sua totalidade, mediante aprovação da fiscalização.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO** - Cabe observar que etapas que sejam correlacionadas e/ou que para garantia da sua efetividade necessitam que outras etapas sejam executadas, devem ser executadas em sequência e, se possível, concomitantemente, ficando a critério da fiscalização o recebimento, a exemplo da terraplenagem pronta necessitar de drenagem superficial para que não haja perda de serviços já executados.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO** - O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO PRIMEIRO** - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Projeto Básico de Licitação e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEGUNDO** - Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO TERCEIRO** - A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUARTO** - Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUINTO - MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS/OBRAS:** Os serviços/obras serão medidos de acordo com os eventos pré-estabelecidos na planilha orçamentaria, no cronograma físico-financeiro, e após sua devida aprovação pela fiscalização.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEXTO** - As medições das etapas concluídas após o prazo previsto no cronograma físico-financeiro contratual poderão ser efetivadas desde que devidamente cumpridas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SÉTIMO** - As medições serão feitas mensalmente, e em conformidade com as etapas de serviços estabelecidas no cronograma físico-financeiro adotado e aceito pelo DER/RO.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO OITAVO** - O DER/RO poderá utilizar de auxílio de empresa de supervisão.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO NONO** - No caso de ocorrer antecipação da execução física, dentro do período, numa ou em mais etapas do cronograma, esta poderá ser considerada para efeito de medição, desde que a parcela seguinte seja atingida e exista saldo de empenho para sua cobertura.

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO** - Se, para um determinado evento, o cronograma estiver atrasado, o mesmo somente será considerado atendido no momento em que os percentuais acumulados executados coincidirem ou ultrapassarem os previstos, podendo ser medido juntamente com as demais parcelas previstas para a etapa em andamento.

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO** - Somente poderá ser efetivada a medição dos eventos que atingirem o percentual previsto para a etapa caso não haja atraso superior a 90 (noventa) dias de um dos eventos previstos nas etapas anteriores.

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO** - Em ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias de um dos eventos previstos nas etapas anteriores a etapa total não será medida.

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO TERCEIRO** - Nenhuma medição será processada se a ela não estiver anexado um relatório de controle da qualidade, contendo os resultados dos ensaios devidamente interpretados, caracterizando a qualidade do serviço executado. Não será motivo de medição em separado: mão de obra, materiais, transportes, equipamentos e encargos.

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO QUARTO** - As medições serão conforme o cronograma físico-financeiro e deverão seguir o preconizado nas especificações de serviço do DER/RO, sempre que os grupos de serviços forem concluídos e as metas estabelecidas atingidas. No processo de medição deverá constar a alíquota de ISSQN adotada pelo Município de Cujubim.

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO QUINTO** - As medições constarão de folhas-resumo com a relação dos serviços, quantidades, unidades, preços unitários, parciais e totais.

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO SEXTO** - Não será motivo de medição em separado: mão de obra, materiais, transportes, equipamentos e encargos, salvo se for expressamente definido.

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO SÉTIMO** - Deverão ser apresentadas as ART's dos responsáveis pela execução das obras/serviços, com referência à Empresa ou ao Consórcio responsável pelo Projeto no campo "Empresa Contratada". Para tanto, todos os envolvidos e a ART estarão devidamente registrados no CREA.

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO OITAVO** - Deverão ser apresentados o livro de ocorrência/diário de obra sem rasuras ou entrelinhas, padrão DER/RO, contendo assinatura do técnico responsável pela obra da contratada e dos fiscais do DER/RO.

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO NONO** - Para tramitação das medições, no que se refere à documentação caráter estritamente técnico, na primeira medição referente ao serviço de projetos, além dos documentos descritos anteriormente, serão exigidos os documentos e informações de caráter técnico a seguir:

1. Comprovante de registro dos serviços no CREA/RO — ART (Autenticada) Nº.....;
2. Relação de empregados que trabalham diretamente no objeto contratado.

**PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO** - Para tramitação das medições, no que se refere à documentação caráter estritamente técnico, na primeira medição referente à obra, além dos documentos descritos anteriormente, serão exigidos os documentos e informações de caráter técnico a seguir:

1. Comprovante de registro dos serviços no CREA/RO – ART (Autenticada) Nº.....;
2. Relatório: PPRA/PCMAT devidamente assinado pelo Engenheiro do Trabalho e Fiscais do DER/RO com comprovante de registro no CREA/RO – ART (Autenticada) Nº.....;
3. Relatório: PCMSO devidamente assinado pelo Médico do Trabalho e Fiscais do DER/RO;
4. Deverão ser apresentadas as ART's dos responsáveis pela execução das obras, com referência a Empresa ou ao Consórcio responsável pelo Projeto no campo "Empresa Contratada". Para tanto, todos os envolvidos e a ART estarão devidamente registrados no CREA;
5. Deverão ser apresentados o livro de ocorrência/diário de obra sem rasuras ou entrelinhas, padrão DER/RO, contendo assinatura do técnico responsável pela obra da contratada e dos fiscais do DER/RO;
6. Deverão apresentar o seguro-garantia descrito no item acerca da GARANTIA CONTRATUAL;
7. O Cronograma Físico-Financeiro e Curva “S” atualizados.

**PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO PRIMEIRO** - Os demais documentos de caráter administrativo, são estabelecidos em Projeto Básico de Licitação e Edital.

**PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO SEGUNDO** - A contratada autoriza a retenção pelo DER-RO, da diferença de pagamento do IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA-ISSQN (ISS), quando efetivamente recolher imposto em valor inferior ao informado no BDI, situação que ensejará a elaboração de Termo de Apostilamento até o final do contrato."

**PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E CURVA "S":** O Contratado deverá elaborar o Cronograma Físico-Financeiro e a Curva “S”.

**PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO QUARTO** - Poderá haver ajustes nos Cronogramas, desde que devidamente justificado pela fiscalização do contrato e aprovado pelo Gestor de Contrato, devendo os mesmos receberem números sequenciais. Na elaboração dos cronogramas, a contratada deverá:

1. Obedecer ao prazo máximo de execução do objeto, definido no contrato, conforme modelo anexo neste Projeto Básico de Licitação de acordo com a Planilha Orçamentária - Sem desoneração 04/25 (0062316996) – com nível de detalhamento das atividades exigido para cronograma físico e cronograma financeiro.
2. Detalhar as atividades, conforme modelo anexo neste Projeto Básico de Licitação - com Nível de detalhamento das atividades exigido para cronograma físico e cronograma financeiro.
3. Considerar o período chuvoso da região e adequar os cronogramas conforme a natureza dos serviços.
4. Ter coerência na elaboração dos quadros, em relação à sequência e duração das atividades.

**PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO QUINTO** - O Cronograma Físico, Financeiro e Curva “S” deverão ser entregues para análise e aprovação ao Gestor de Contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato. Ressalta-se que serão parte integrante do instrumento contratual.

**PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO SEXTO** - Antes do início de cada serviço/obra, o responsável técnico da empresa executora deverá realizar o planejamento financeiro dos serviços que serão executados ao longo do tempo.

**PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO** - Antes do início de cada serviço/obra, o responsável técnico da empresa executora deverá realizar o planejamento físico-financeiro dos serviços que serão executados ao longo do tempo.

**PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO OITAVO** - O cronograma deverá ser carimbado e assinado pelo responsável técnico da empresa executora.

**PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO NONO** - O cronograma deverá conter, além da previsão da extensão física mensal executada, a extensão acumulada efetivamente executada, permitindo um confronto entre o planejado e o realizado de cada serviço controlado.

**PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO** - Caso haja aditivos contratuais que alterem o escopo ou o prazo da obra deverá ser feita nova versão do cronograma, mantendo-se no relatório as versões anteriores, sempre numerados em ordem crescente.

**PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO PRIMEIRO** - Deverão ser consolidados os valores e percentuais, previstos e executados mensalmente e apresentados acumuladamente ao longo do período da obra.

**PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO SEGUNDO** - A Curva “S” permite a análise gráfica da execução financeira da obra em um estudo comparativo entre o previsto e o executado, visualizando-se os desvios do projeto, sejam de custo ou prazo. O gráfico deverá ser construído a partir dos valores acumulados da previsão e da execução do desembolso, sendo os dados obtidos do cronograma financeiro.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O valor do presente Contrato é de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_) de acordo com os valores especificados na Proposta de preços e Planilhas de Preços.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta dos recursos consignados do ano de 202\_\_\_\_, na U.O 11025, Fontes de Recurso 1.500.0.00001 / 2.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.501.0.00001 / 1.754.0.00001 / 2.754.0.00001 / 1.899.0.00001 / 2.899.0.00001 / 1.720.0.00001 / 2.501.0.08103, Programa de Trabalho 26.782.2106.1515, natureza de despesa 44.90.51, provenientes do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER/RO.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Em consonância com o Art. 190 do Decreto n. 28.874, de 25 de janeiro de 2024, o pagamento decorrente de contratações públicas será feito após a habilitação para pagamento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária e depósito em conta bancária informada pela CONTRATADA, em conformidade com a Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Comissão de Recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O DER/RO pagará à Contratada, pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que os preços incluam todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas no Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A contratada terá direito ao pagamento após executar todo o montante percentual previsto no Cronograma Físico-Financeiro, para o mês correspondente ao qual se pleiteia o pagamento. Ficando a cargo da fiscalização a liberação do pagamento, se o serviço for fielmente executado e dentro das boas práticas, seguindo as normas existentes.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Obedecido o cronograma físico-financeiro apresentado, será procedida a medição dos serviços e emitido o atestado de conformidade. Emitido o atestado de conformidade, o contratado deverá apresentar na sede do DER/RO, as notas fiscais correspondentes à medição, que será encaminhada à Coordenadoria de Planejamento, Projeto e Orçamento de Obras do DER/RO, após devidamente atestada pela comissão de fiscalização e gestão designada.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Será observado o prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis para pagamento, contados a partir da data da emissão do aceite na Nota Fiscal até a data do efetivo pagamento. O que vale para fins de contagem de prazo é a efetiva atestação no verso da nota, e não sua simples entrega.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - As medições dos serviços executados serão realizadas a cada 30 (trinta) dias, pela Comissão de Fiscalização, acompanhado pelo Responsável Técnico da Empresa.

**PARÁGRAFO OITAVO** - Os serviços serão medidos mensalmente, conforme instrução vigente sobre o assunto. Os preços unitários serão os constantes da Proposta de Preços Unitários aprovada.

**PARÁGRAFO NONO** - O pagamento referente a cada medição será liberado mediante comprovação, pela Contratada, da Regularidade Fiscal (perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas), nos termos deste instrumento.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da Contratada, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos do Art. 137, da Lei n. 14.133/2021.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

**EM = N x VP x I**, sendo:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da Parcela a ser paga

**I** = Índice de compensação financeira, assim apurado:

**I** = (TX/100)/365 I = .....

**TX** = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - Ao DER/RO reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da Nota Fiscal estiverem em desacordo com os dados da Contratada e, ainda, se for constatado, que os serviços executados não correspondam às especificações apresentadas na proposta.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - O Benefício e Despesas Indiretas - BDI, deve ser apresentado detalhando-se todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** - Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** - Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico do objeto contratual, nos termos definidos neste Projeto Básico de Licitação e no respectivo cronograma.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** - A administração local será remunerada proporcionalmente à execução da obra, conforme orientação Acórdão nº 2.622/2013-TCU-Plenário e Manual de Custos do SICRO:

*Acórdão nº 2.622/2013-TCU – “Plenário orienta os órgãos e entidades da Administração Pública Federal a estabelecer critério objetivo de medição para a administração local das obras, abstendo-se de remuneração por valores fixos mensais. Dessa forma, os pagamentos referentes à administração local serão realizados conforme a execução financeira da obra.”*

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO** - Ao passo que a execução financeira do contrato é realizada, o percentual referente à administração local deve ser aplicado proporcionalmente sobre os valores medidos.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO** - O custo constante no orçamento referencial da Administração Local é para a execução completa da obra e somente será medido integralmente (100%) se o contrato for totalmente executado, caso contrário será medido e pago apenas de modo proporcional ao executado.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO** - Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este instrumento, em particular no que se refere ao nível de serviço e sanções administrativas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Proporcionar todas as condições necessárias para a licitante vencedora poder cumprir o objeto da licitação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em casos omissos.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Nomear gestores para executar a fiscalização do Contrato, que registrarão todas as ocorrências e as deficiências verificadas, oficiando à licitante vencedora para a imediata correção das irregularidades apontadas.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A existência e a atuação da Comissão de Fiscalização do DER/RO em nada restringem a responsabilidade técnica, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto contratado.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

**PARÁGRAFO OITAVO** - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**PARÁGRAFO NONO** - Atestar a execução do contrato e cumprir as demais obrigações contidas no Edital.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Cumprir fielmente as obrigações pactuadas, a prestação de todas as informações indispensáveis a regular execução das obras, o pagamento oportuno das parcelas devidas, e ainda, a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, seu registro e a devida publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia - DIOF.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, do edital de licitação e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**PARÁGRAFO QUINTO** - Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Projeto Básico de Licitação e Anexos, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**PARÁGRAFO SEXTO** - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**PARÁGRAFO OITAVO** - Deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**PARÁGRAFO NONO** - Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n. 14.133, de 2021;

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto n. 6.481, de 12 de junho de 2008;

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** - Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** - Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, Sempre que solicitado pela Administração, no prazo 20 (vinte) dias consecutivos, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO** - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO** - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n. 14.133, de 2021;

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO** - Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO** - Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO** - Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO** - Realizar cadastro no sistema SEI, bem como manter suas informações atualizadas até o término de suas obrigações.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO** - Retirar a Nota de Empenho e realizar a assinatura do Termo Contratual ou instrumento equivalente e a Ordem de Fornecimento **no prazo de 05 (cinco) dias**, a contar de sua notificação para essas finalidades;

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO** - De forma Atender as disposições contidas no Art. 125 da Lei n. 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras;

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO** - Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas neste Projeto Básico de Licitação, em plena validade.

**MINUTA DE DECLARAÇÃO REFERENTE AO ART. 121 DA LEI Nº 14.133/21**

[NOME DA CONTRATADA], nos termos do Contrato nº , que tem por objetivo a execução de \_\_\_\_\_, DECLARO, para os efeitos do [art. 121 da Lei Federal nº 14.133/21](#), que relativamente ao mês de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_, foram cumpridas todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes do referido contrato.

LOCAL E DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O licitante e o contratado que incorram nos crimes em licitações e contratos administrativos, sujeitam-se as sanções administrativa que estão previstas no Capítulo II-B da Lei n. 14.133/21.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações ([conforme art. 155. da Lei Federal 14.133/2021](#)):

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;



- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846](#), de 1º de agosto de 2013.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - De acordo com o Artigo 156 da Lei n. 14.133/21, o indivíduo responsável por infrações administrativas previstas na legislação, estará sujeito às seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156, I, III e IV, da Lei n. 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada, multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela adjudicada.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Multa de mora de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso, na entrega de bens ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, limitada ao percentual máximo de 10,00% (dez por cento).

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A licitante, adjudicatária ou contratada que incorrer nas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei n. 14.133, de 2021, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, conforme disposto nos §§ 4º e 5º do art. 156 da referida Lei. Além disso, será descredenciada do Cadastro Estadual de Fornecedores, sem prejuízo da aplicação das multas previstas neste Projeto Básico de Licitação e das demais sanções legais. A penalidade também deverá ser registrada no SICAFI e no CAGEFIMP (Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar).

**PARÁGRAFO OITAVO** - A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia, quando houver. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial.

**PARÁGRAFO NONO** - As multas previstas nesta Cláusula não eximem a adjudicatária ou CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - São exemplos de infração administrativas penalizáveis, nos termos da Lei n. 14.133, de 2021:

- a) Inexecução total ou parcial do contrato;
- b) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) Comportamento inidôneo;
- d) Fraude fiscal;
- e) deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso, incidentes sobre o valor da parcela inadimplida:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA (*)
------	-----------------------	------	-----------

01	Executar a entrega incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
02	Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04	1,6% por dia
03	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a prestação do serviço contratado.	05	3,2% por dia
04	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
05	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
06	Inexecução parcial ou total do contrato.	10	10 %
Para os itens a seguir, deixar de:			
07	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia
08	Iniciar a entrega nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos no Contrato; por item, por ocorrência.	02	0,2% por dia
09	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa;	02	0,4% por dia
10	Cumprir quaisquer dos itens do Projeto Básico de Licitação e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência.	03	0,8% por dia

(\*) Incide sobre a parte inadimplida.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** - Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** - As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO** - Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta contratação:

- a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO** - As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO** - A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO** - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO** - A multa poderá ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO** - Além da multa por infração administrativa (multa compensatória) prevista no inciso II, do art. 156 da Lei n. 14.133/21, poderá ser aplicada a multa de mora por atraso injustificado prevista no art. 62 da Lei n. 14.133/21.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO** - As multas provenientes de atraso de cronograma ocorrerá na seguinte forma:

- a) Multa moratória de 3% (três por cento) sobre o primeiro atraso, será aplicado multa moratória de 3% (três por cento) sobre o percentual não cumprido.
- b) Sobre o segundo atraso será aplicado multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre o percentual não cumprido.
- c) Sobre o terceiro atraso a multa moratória será aumentada até o limite de 10% (dez por cento).

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO** - A licitante, adjudicatária ou contratada que cometer as infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII, do artigo 155, da Lei n. 14.133, de 2021, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, conforme disposições dos § 4º e §5º o art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO** - No caso de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **Parágrafo Segundo desta cláusula**, a mesma deverão ser precedidas de processo administrativo conforme diretrizes presentes no art. 186 do Decreto Estadual n. 28.874/2024.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os critérios de sustentabilidade que a CONTRATADA deverá obedecer são os dispostos abaixo, de acordo com o Art. 6º da INSTRUÇÃO NORMATIVA NO 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010 e com o Art. 45 da Lei n. 14.133/21, os quais estabelecem:

"INSTRUÇÃO NORMATIVA NO 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010

Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

- I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
- VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

Art. 45. As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a:

- I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;
- II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;
- III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;
- IV - avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;
- V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;
- VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida."

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Deve ser observado que os geradores de resíduos da construção civil devem ter como objetivo prioritário a não geração de resíduos, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição

final ambientalmente adequada dos rejeitos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Conforme estabelecido no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, o construtor de obras civis de construção de obras de arte deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas do Guia supracitado sobre CTF/APP também devem ser seguidas.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A Contratada deverá elaborar e implementar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil próprio, a ser apresentado ao órgão competente e à Contratante, estabelecendo os procedimentos necessários para a caracterização, triagem, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente adequados dos resíduos.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas. Ao contrário, deverão ser destinados de acordo com os seguintes procedimentos: I. Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros; II. Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura; III. Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas; IV. Classe D: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - O destinador final dos resíduos da construção civil deve estar registrado e regular no CTF-Ibama, de sorte que as disposições específicas do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis sobre CTF/APP também devem ser seguidas.

**PARÁGRAFO OITAVO** - A pessoa jurídica que executa a atividade de gerenciamento de resíduos sólidos não perigosos e de gerenciamento de resíduos sólidos perigosos (na geração, operação, transporte, armazenamento e destinação final) também deve estar registrada e regular no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA). Essa mesma pessoa jurídica deve possuir um responsável técnico também inscrito no CTF/AIDA, nos termos da Lei nº 6.938, de 1981 e Anexo I e II da Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013. Sendo assim, as disposições específicas do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis sobre CTF/AIDA também devem ser seguidas.

**PARÁGRAFO NONO** - Ressalta-se que a empresa Contratada deverá elaborar os estudos e projetos se atendo aos requisitos do Art. 45, V e VI, da Lei nº 14133/21, respeitando a: "V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas e VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida."

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - A execução de uma ponte mista em aço e concreto pode envolver diversos riscos e impactos ambientais em diferentes fases até a entrega final da obra. A Tabela, a seguir, apresenta alguns desses possíveis riscos e impactos, juntamente com possíveis medidas mitigadoras:

Risco/Causa do Risco	Consequência(s)	Estratégias de Mitigação
Extração e Produção de Materiais	Extração de minerais para produção de concreto e minério de ferro para produção de aço pode causar degradação do solo e impactos na biodiversidade	Priorizar fornecedores que adotem práticas sustentáveis de extração, utilizar materiais reciclados sempre que possível e promover a responsabilidade ambiental na cadeia de suprimentos
Transporte de Materiais	Emissões de gases de efeito estufa e poluição atmosférica durante o transporte de materiais e equipamentos, especialmente se forem realizados em longas distâncias	Utilizar transporte eficiente em termos de energia e priorizar fornecedores locais para reduzir as distâncias de transporte
Construção e Montagem	Geração de resíduos de construção, impacto no solo devido a movimentações de terra e utilização intensiva de recursos durante a fase de construção	Implementar práticas de construção sustentáveis, como a gestão eficiente de resíduos, reciclagem de materiais de construção quando possível e adoção de técnicas que minimizem a perturbação do solo.
Uso de Energia e Emissões durante a Construção	Consumo significativo de energia durante a construção e emissões associadas	Implementar práticas construtivas eficientes em termos de energia, incorporar fontes de energia renovável sempre que possível e compensar emissões de carbono
Ruído e Perturbação à Fauna	Ruído excessivo e perturbação ao habitat natural, afetando a fauna local.	Programar atividades ruidosas durante períodos específicos do dia e adotar medidas para proteção de habitats críticos e espécies vulneráveis.

Descarte de Resíduos de Construção	Descarte inadequado de resíduos de construção, contribuindo para a poluição e degradação ambiental.	Implementar sistemas de gestão de resíduos eficientes, reciclar materiais sempre que possível e seguir regulamentações locais para o descarte adequado
Desafios de Reabilitação Ambiental	Necessidade de reabilitação ambiental após a conclusão da construção	Desenvolver e implementar planos de reabilitação ambiental que incluam a restauração de áreas impactadas e a promoção da biodiversidade

#### PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

1. É de total responsabilidade da empresa a ser CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para a execução do objeto deste instrumento, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos.
2. A empresa a ser CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto deste instrumento.
3. A empresa a ser CONTRATADA deverá cumprir as orientações e normativas vigentes no que tange aos critérios de Sustentabilidade Ambiental.
4. Todas as medidas propostas deverão constar no Plano de Gestão Ambiental da obra, elaborado pela empresa executora e acompanhado pela fiscalização do contratante.
5. Em caso de necessidade de supressão de vegetação não prevista, deverão ser adotadas medidas compensatórias, como plantio de mudas nativas ou outra ação ambiental, conforme orientação dos órgãos competentes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O procedimento de Licenciamento Ambiental para execução dos serviços referentes às obras de arte nas rodovias estaduais, bem como todo o trâmite relativo à supressão vegetal, se necessário, serão de responsabilidade do DER/RO.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O Processo em questão possui a Licença Ambiental Prévia n. 158660 (0057650361), estando sendo realizados os trâmites processuais para emissão das demais peças ambientais necessárias.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Ressalta-se que quando da necessidade de Emissão da Licença Ambiental de Instalação e da Licença Ambiental de Operação, fica a cargo do órgão contratante proceder com os trâmites processuais atinentes, ficando a cargo da contratada a emissão dos projetos e documentações necessárias à obtenção do Licenciamento Ambiental e ao atendimentos das condicionantes apontadas pelo órgão emissor das licenças.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Ressalta-se que de acordo com a Lei n. 9.605 de 1998 (0042809689), que "*Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências*", é terminantemente proibido o início da etapa de construção sem que tenha sido emitida a Licença de Instalação ou Autorização dos Órgãos ambientais competentes, conforme abaixo:

Art. 60. **Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar**, em qualquer parte do território nacional, **estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, SEM LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO dos órgãos ambientais competentes**, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Os autos de infrações e as sanções administrativas ao meio ambiente também estão embasados no Decreto n. 6.514 de 2008 (0042809600), conforme disposto no Art. 2º, "*considera infração administrativa ambiental, toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente*", sendo que na Seção III do capítulo I elucida sobre todas as Infrações Administrativas Cometidas Contra o Meio Ambiente.

**PARÁGRAFO SEXTO** - A empresa vencedora providenciará o Licenciamento Ambiental junto a Secretaria de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, bem como a Declaração de Dispensa de Título Minerário – DDTM ou qualquer Título Minerário cabível junto à Agência Nacional de Mineração - ANM, referente às jazidas (áreas de empréstimos) a serem utilizadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DESAPROPRIAÇÕES

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Não há a previsão de desapropriação na área indicada para construção da ponte, por se tratar da atuação em área já existente. Entretanto, a Contratada deverá elaborar todos os estudos, levantamentos e relatórios de projeto e em caso da existência de áreas que estejam em localidades que não perfaçam a área de domínio da rodovia, essas áreas devem ser indicadas com fito ao desenvolvimento de processo de cunho de desapropriação por parte da Contratante.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A possível indicação das áreas deverá ser realizada após a elaboração de Estudo de Viabilidade e Identificação dos Imóveis a Serem Desapropriados.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Em caso de haver áreas a desapropriar, as seguintes responsabilidades devem ser atribuídas:

**PARÁGRAFO QUARTO** - A Contratante é a responsável por emitir a declaração formal de privacidade pública ou de interesse social, que justifica a desapropriação para a execução do projeto em caso de necessidade de procedimento expropriatório.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A estimativa de valor a ser pago a título de indenização pelos bens expropriados, inclusive de custos correlatos fica a cargo da contratada.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Os riscos oriundos da diferença entre o custo da desapropriação e a estimativa de valor e pelos eventuais danos e prejuízos ocasionados por atraso na disponibilização dos bens expropriados devem ser distribuídos entre as partes

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - O registro de imissão provisória na posse e o registro de propriedade dos bens a serem desapropriados deverão constar em nome da Contratante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A subcontratação se dará em concordância com o Art. 122 da Lei n. 14.133/2021, que versa:

"Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

§ 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§ 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação."

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A subcontratação deve ser adotada unicamente quando necessária para garantir a execução do CONTRATO e desde que não atente contra os princípios constitucionais inerentes ao processo licitatório, nem ofenda outros princípios relacionados às licitações, notadamente o da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e para o melhor interesse público. Desta forma:

1. É vedada a subcontratação total;
2. É permitida a subcontratação parcial, no limite estabelecido de 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, conforme disposto no Art. 67 da Lei n. 14.133/2021.
3. A subcontratação deverá ser precedida de autorização do DER.
4. A subcontratação não exclui a responsabilidade da Contratada perante o DER-RO quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado;

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Aplica-se também ao(s) eventual(is) subcontratado(s) o disposto editalício que trata da participação e impedimentos legais à participação de empresas ou consórcio de empresas nesta licitação;

**PARÁGRAFO QUARTO** - Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da Subcontratada, bem como responder perante o DER/RO pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

**PARÁGRAFO QUINTO** - Embora o aceite de subcontratação deva ser realizado antecipadamente, há a possibilidade de realizar excepcionalmente aceitação posterior da subcontratação;

**PARÁGRAFO SEXTO** - Se a subcontratação não for aceita (prévia ou posteriormente), os serviços não devem ser pagos ou, se pagos, deverão ser glosados integralmente.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Fica **vedada** a subcontratação de empresas ou profissionais envolvidos anteriormente em serviços de elaboração de projetos ou peças técnicas utilizadas para elaboração dos anteprojetos, sondagem, análise e demais serviços executados.

**PARÁGRAFO OITAVO** - O Manual de Compras do Tribunal de Contas da União (TCU) indica a necessidade de que a Administração Pública avalie a capacidade técnica da empresa subcontratada relativa a execução dos serviços, com a observância, inclusive do disposto no §9º, art. 67, do Novo Estatuto de Licitações, que cito abaixo:

"Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

(...)

§ 9º O edital poderá prever, para aspectos técnicos específicos, que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, **limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado**, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado. (grifo nosso)."

**PARÁGRAFO NONO** - Da mesma forma, ressalta-se que o Acórdão 963/2024-TCU -Plenário informa que no caso de subcontratação de parcela do objeto para a qual houve exigência de atestados de qualificação técnica na licitação ou no processo de contratação direta, a Administração deve exigir da contratada, como condicionante de autorização para execução dos serviços, documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada (art. 122, § 1º, da Lei n. 14.133/2021).

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Conforme a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017 (Atualizada), em seu ANEXO V - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO (PB) OU TERMO DE REFERÊNCIA (TR), deverá ser indicado se haverá ou não possibilidade de subcontratação de parte do objeto, e, em caso afirmativo, identificar a parte que pode ser subcontratada;

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - A possibilidade de subcontratação de serviços é um dos meios que pode amenizar a restrição a concorrência decorrente da junção de inúmeros serviços em único objeto. O Decreto n. 8.538/2015 aporta o que segue:

"§ 2º Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.



(...)

§ 4º É vedada a exigência no instrumento convocatório de subcontratação de itens ou parcelas determinadas ou de empresas específicas. "

(...)

§ 6º São vedadas: I - a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, assim definidas no instrumento convocatório;

(...)"

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - Portanto, para fins de subcontratação, considerando práticas usuais adotadas no mercado e o interesse público, a parte do objeto passível de ser subcontratada, pautada nos normativos técnicos demonstrados acima, serão os serviços acessórios, identificados através da análise do arquivo Adendo Planilha Orçamentária - Sem desoneração 04/25 (0062316996):

I - Elaboração de projeto (podendo ser subcontratados os itens referentes a ensaios, estudos técnicos e projetos);

II - Drenagem Superficial;

III - Encabeçamentos;

IV - Sinalizações;

V - Obras Complementares.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA – MATRIZ DE RISCO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O Mapa de Riscos, bem como a análise de riscos são apresentadas no Relatório Mapa de Riscos e Análise de Riscos (0056426324);

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O Mapa de Riscos, bem como a análise de riscos apresentadas em Relatório Mapa de Riscos e Análise de Riscos, tem como objetivo definir as áreas de exposição da execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado este relevante, para a identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para apresentação das propostas pelas licitantes;

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A Matriz de Risco disposta no item 23 do Estudo Técnico Preliminar 54 (0062452105), segue transcrita no quadro abaixo:

Matriz de alocação de Riscos

FASE DE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS				
Categoria de Risco	Risco/Causa do Risco	Consequência(s)	Estratégias de Mitigação	Alocação
Riscos Licitatórios/Contratuais	Escassez de projetistas especializados na elaboração de projetos de pontes mistas.	Certame licitatório com a participação de poucas empresas	Divulgação ampla do edital em nível nacional	Contratante
	Necessidade de reequilíbrio financeiro devido à alterações no contrato solicitadas pela Administração.	Necessidade de renegociar termos contratuais.	Estabelecimento de cláusulas contratuais para reequilíbrio financeiro quando necessário, no que diz respeito aos termos contratuais.	Contratante/Contratada
	Interpretação ambígua de cláusulas, divergências nas expectativas.	Atraso na entrega do projeto, custos legais	Contratos claros e detalhados, mediação prévia	Contratante/Contratada
	Vencimentos anuais da data base do orçamento referencial estipulado em contrato	Necessidade de reajustamento Contratual	Estabelecimento de cláusulas contratuais para reajustamento quando necessário.	Contratante
	Inadimplência ou atraso de pagamento pela contratante.	Problemas de liquidez do contratado; eventual paralisação dos serviços.	Adequada gestão orçamentária e financeira pelo órgão contratante. Cláusula prevendo que o contratado pode suspender os	Contratante/Contratada

			serviços previstos no contrato após inadimplência superior a 90 dias. Cláusula prevendo o pagamento de atualização financeira sobre as faturas em atraso. Prorrogação do contrato.	
Riscos de Projeto	Falhas no planejamento da elaboração do projeto.	Atrasos na entrega do projeto.	Planejamento robusto; revisões regulares do projeto; uso de metodologias de gerenciamento de projetos eficientes	Contratante/Contratada
	Desalinhamento entre as equipes como falta de comunicação, divergências na elaboração do projeto	Erros na elaboração e na execução, retrabalho.	Comunicação clara, reuniões regulares, revisão constante do projeto	Contratante/Contratada
	Não atendimento dos requisitos e parâmetros mínimos de performance estabelecidos no anteprojeto ou no projeto básico de engenharia.	O projeto básico e/ou executivo elaborado pelo contratado não é aprovado pela administração ou por outros órgãos licenciadores. Necessidade de refazer o projeto. Aumento de custos. Atraso no cronograma.	Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato. Acompanhamento da obra por equipe de fiscalização atuante. Contratação de supervisora. Estabelecimento de requisitos de habilitação de licitantes adequados. Celebração de termos de aditamento contratual, nos regimes de empreitada.	Contratada
	Inadequação para provimento dos serviços na qualidade, quantidade e custo	Alteração dos custos de implantação e inadequação dos serviços.	Responsabilidade da solução de engenharia do contratado. Não pagamento se os níveis de serviço não forem atingidos. Contratação de seguro performance. Fornecimento dos elementos de projeto. Remuneração de risco.	Contratada
	Atraso na elaboração dos projetos básicos e/ou executivo, gerando custos adicionais.	Atraso na execução do objeto contratual.	Exigência de garantia contratual ou seguro garantia (performance bond). Cláusula contratual prevendo a aplicação	Contratada

			de penalidades e de rescisão unilateral do contrato.	
	Não aprovação dos projetos pelo contratante.	Atraso na execução do objeto contratual. Custos adicionais com o refazimento dos projetos.	Exigência de garantia contratual ou seguro garantia (performance bond). Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato	Contratada
<b>FASE DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS</b>				
<b>Categoria de Risco</b>	<b>Risco/Causa do Risco</b>	<b>Consequência(s)</b>	<b>Estratégias de Mitigação</b>	<b>Alocação</b>
Riscos Licitatórios/Contratuais	Escassez de construtoras especializadas na construção de pontes mistas.	Certame licitatório com a participação de poucas empresas	Divulgação ampla do edital em nível nacional	Contratante
	Interpretação ambígua de cláusulas, divergências nas expectativas	Atraso na execução, custos legais	Contratos claros e detalhados, mediação prévia	Contratante/Contratada
	Vencimentos anuais da data base do orçamento referencial estipulado em contrato.	Necessidade de reajustamento Contratual.	Estabelecimento de cláusulas contratuais para reajustamento quando necessário. Verificar se houve atrasos/paralisações e os responsáveis.	Contratante/Contratada. Quando o atraso/paralisação se der por responsabilidade da contratada, esta não terá direito ao reajuste referente ao período de atraso/paralisação.
	Inadimplência ou atraso de pagamento pela contratante.	Problemas de liquidez do contratado; eventual paralisação dos serviços.	Adequada gestão orçamentária e financeira pelo órgão contratante. Cláusula prevendo que o contratado pode suspender os serviços previstos no contrato após inadimplência superior a 90 dias. Cláusula prevendo o pagamento de atualização financeira sobre as faturas em atraso. Prorrogação do contrato.	Contratante/Contratada
Riscos Geotécnicos	Mudanças na seção transversal do rio	Mudança no escopo da mesoestrutura do projeto e/ou fundações; necessidade de escavações.	Realizar estudos topobatimétricos detalhados no eixo da construção da ponte. No entanto, vale ressaltar que este é um caso excepcional, sendo, em geral, impossível sua previsão em virtude da natureza do serviço, portanto,	Contratante/Contratada

			nestes casos deve ser realizado um trabalho em conjunto visando a melhor solução a ser adotada.	
	Problemas correlatos ao o solo, tais como a variabilidade destes de acordo com sua extensão e profundidade.	Mudança no escopo, no volume e na profundidade de assentamento da fundação, podendo ser necessária quantidade maior de materiais, de tratamentos especiais com maior consumo de aço e/ou concreto e/ou, ainda, mudança na técnica de construção prevista, bem como no volume de escavação. Possíveis alterações nos custos.	Realizar estudos geotécnicos anteriormente ao início da obra no local de implantação das fundações sempre que possível. No entanto, tendo em vista ser uma situação cuja verificação só é possível durante a execução, se faz necessário realizar a adequação escopo e de quantitativos de acordo com a demanda observada in loco durante a execução desde que estes visem a garantia da qualidade e segurança da obra.	Contratada
Riscos de Projeto	Falhas no planejamento	Atrasos na obra	Planejamento robusto; revisões regulares do projeto; uso de metodologias de gerenciamento de projetos eficientes	Contratante/Contratada
	Desalinhamento entre as equipes como falta de comunicação, divergências na interpretação do projeto	Erros na execução, retrabalho.	Comunicação clara, reuniões regulares, revisão constante do projeto	Contratante/Contratada
Riscos Ambientais	Mudanças nos regulamentos ambientais como atualizações na legislação, novas restrições.	Paralisação da obra, multas	Monitoramento constante das regulamentações, ajustes no projeto	Contratante/Contratada
	Descobertas arqueológicas ou outras interferências relacionadas com patrimônio cultural	Paralisação da obra; Atraso no cronograma; Aumento dos custos.	Acionar as entidades competentes, seguir as diretrizes indicadas por estas, as quais o caso requer. Se necessário, realizar a readequação do projeto visando o menor impacto possível.	Contratante/Contratada

	Embargo em caso de irregularidade de passagem de fauna inferior e/ou superior	Paralisação da obra; Atraso no cronograma; Aumento dos custos.	Caso não tenha sido previsto em projeto, deve ser realizada a verificação in loco no início da obra acerca das condições de necessidade ambiental da implantação de passagem de fauna.	Contratante/Contratada
	Atraso, não obtenção, alteração e/ou renovação das licenças ambientais	Paralisação da obra; Atraso no cronograma.	Monitorar e controlar o licenciamento do empreendimento.	Contratante/Contratada
	Impacto no solo devido a movimentações de terra	Erosões, recalques, desabamentos, contaminação do solo;	Implementação de práticas sustentáveis; conformidade com regulamentações ambientais; monitoramento ambiental contínuo	Contratada
Riscos de Segurança	Acidentes de trabalho, violações de normas de segurança	Lesões, perda de vidas, paralisação do trabalho	Treinamento regular, implementação de medidas de segurança; auditorias regulares	Contratada
Riscos de Material	Limitada quantidade de fornecedores na região. Greves ou paralisações na produção de materiais, ou aumento de frete	Escassez de fornecedores de materiais.	Manter relacionamento sólido com fornecedores. Diversificar fontes de suprimento.	Contratada
	Atraso na aquisição de materiais devido à escassez de fornecedores, logística inadequada, entre outros motivos.	Atraso no cronograma, possíveis penalidades contratuais	Diversificar fornecedores, planejamento logístico eficiente	Contratada
	Problemas com a qualidade dos materiais	Materiais adquiridos não atendem aos padrões de qualidade especificados, entregues fora das especificações acordadas, podendo prejudicar a qualidade do produto final com riscos estruturais e/ou custos adicionais para substituição.	Diversificação de fornecedores; controle rigoroso da qualidade dos materiais; Auditorias regulares; Aquisição com fornecedores certificados; Estabelecimento de penalidades contratuais.	Contratada
	Escassez de matérias-primas essenciais para a produção. Falhas na programação de produção dos fornecedores.	Atrasos na entrega dos materiais. Prejuízo ao cronograma do projeto. Problemas logísticos, como transporte inadequado.	Estabelecimento de cláusulas contratuais rigorosas. Monitoramento logístico e plano de contingência.	Contratada
	Acidentes durante o transporte que danificam os materiais ou	Contaminação ou perda de qualidade do material. Inviabilidade	Contratar transportadoras confiáveis. Garantir	Contratante

	armazenamento inadequado durante o transporte.	da utilização do material.	condições adequadas de armazenamento durante o transporte.	
Riscos Climáticos	Eventos climáticos severos, como inundações, chuvas frequentes, em especial no período conhecido como inverno amazônico, afetam na execução dos serviços.	Paralisação da obra, atrasos no cronograma. Possíveis danos à estrutura.	Monitoramento de tendências climáticas. Implementação de medidas de adaptação. Considerar o ciclo hidrológico durante a elaboração do cronograma.	Contratante/Contratada
Riscos de Regulamentação	Descumprimento das legislações inerentes ao tema devido à atualizações na legislação, novas restrições, ou apenas não atendimento à diretrizes existentes.	Paralisação da obra; Multas; Atraso no cronograma; Aumento das quantidades.	Monitoramento constante das regulamentações, ajustes no projeto	Contratante/Contratada
	Alterações nas leis ou regulamentos governamentais	Introdução de regulamentos ambientais mais rigorosos. Mudanças na tributação sobre materiais de construção. Restrições ao transporte de materiais.	Acompanhamento e adaptação às mudanças regulatórias. Consulta com especialistas legais.	Contratante/Contratada
Riscos de Licenciamento	Necessidade de alterações no Licenciamento ambiental e Componente ambiental de projeto de engenharia e execução dos referidos serviços visando o cumprimento de condicionantes ambientais que demandem acréscimos de serviços de obras, cujos itens de serviço não tenham sido previstos no orçamento da contratação; Atualizações na legislação, novas restrições.	Paralisação do projeto; Multas; Atraso no cronograma; Aumento das quantidades.	Monitoramento constante das regulamentações, ajustes no projeto	Contratante/Contratada
	Dificuldades na obtenção de licenças e aprovações	Paralisação do projeto; Multas; Atraso no cronograma;	Iniciar processo de licenciamento o mais cedo possível; colaboração estreita com as autoridades competentes	Contratante/Contratada
Riscos Executivos	Falhas na programação ou na execução de etapas de obra.	Atrasos em etapas da obra que culminam com atrasos no cronograma do projeto, bem como na sua entrega final.	Estabelecimento de cláusulas contratuais rigorosas. Monitoramento e cumprimento de prazos de execução conforme cronograma físico-financeiro.	Contratada

Risco de ocorrerem eventos na construção que impeçam o cumprimento do prazo.	Atraso no cronograma; aumento de prazo de execução.	Estabelecimento de cláusulas contratuais rigorosas. Monitoramento logístico e plano de contingência.	Contratante/Contratada
Variação de volume de material de limpeza, com adicional de carga, transporte e disposição	Atraso no cronograma.	Possibilidade de aditivo de prazo e reajustamento decorrente do atraso nessa atividade, e se for o caso, reequilíbrio. Quando o atraso/paralisação se der por responsabilidade da contratada, esta não terá direito ao reajuste referente ao período de atraso/paralisação.	Contratante/Contratada
Refazimento de serviços conclusos e/ou bloqueados, perdidos por questões climáticas	Atraso no cronograma.	Possibilidade de aditivo de prazos e reajustamento decorrente do atraso nessa atividade, e se for o caso, reequilíbrio.	Contratante/Contratada
Ausência de pessoal suficiente para a fiscalização de execução de contratos de serviços técnicos devido à multiplicidade de demandas internas aos mesmos profissionais.	Fiscalização ineficiente e resultado final de baixa qualidade.	Definição de equipe de fiscalização alinhada com a equipe de planejamento da contratação; Definir metodologia interna para o Gerenciamento de prioridades da Fiscalização.	Contratante
Fiscalização ineficiente do contrato devido à equipe indicada ser inadequada à fiscalização do contrato, ou não possuir capacitação necessária para fiscalização do contrato.	Fiscalização ineficiente e resultado final de baixa qualidade.	Definir procedimento interno com vistas a padronizar critérios de seleção de equipe de fiscalização, podendo adotar modelo aprovado por Instruções Normativas Federais, adotando a multidisciplinaridade de funções; Implementar programa de treinamento em Fiscalização de Contratos Administrativos para os servidores.	Contratante
Dificuldade de atendimento ao	Necessidade de aditivo contratual de prazo e	Deverá haver rotina de adequação do	Contratada

cronograma físico financeiro inicial previsto	atraso na entrega dos serviços programados	cronograma com a fiscalização de contrato, ainda na fase de planejamento, de modo a evitar previsões de serviços físicos, bem como desembolsos financeiros inadequados.	
Divergências nas quantidades a serem executadas na prestação dos serviços devido à Metodologia de avaliação e quantificação ser subjetiva ou não proporcionar mecanismo para quantificar a demanda ou por execução incompleta dos serviços por parte da empresa.	Paralisação da execução contratual, ou pagamento de serviços não completos.	A metodologia de análise de medição do contrato deve estar definido no Projeto Básico, através de Índice de Medição, de modo a propiciar a quantificação do serviço pela fiscalização, sempre em conformidade com o Cronograma de Desembolso da obra.	Contratante/Contratada
Divergências entre as quantidades apresentadas pela empresa e pelos fiscais na prestação dos serviços	Pagamento de serviços em desconformidade com o executado ou previsto.	A metodologia de análise de medição do contrato deve estar definido no Projeto Básico, através de Índice de Medição, de modo a propiciar a quantificação do serviço pela fiscalização, sempre em conformidade com o Cronograma de Desembolso da obra	Contratante/Contratada
A contratada não possui liquidez financeira para continuar o contrato.	Paralisação do trabalho e rescisão do contrato de prestação de serviços.	Deverá ser exigido à prestação de garantia do Licitante, que objetiva assegurar que o Contratado efetivamente cumpra as obrigações contratuais assumidas, tornando possível à Administração a rápida reposição de eventuais prejuízos que possa vir a sofrer em caso de inadimplemento; Deverá ser prevista no instrumento convocatório a necessidade de apresentação da	Contratada



		Garantia, bem como outras in formações acerca do capital da Licitante.	
Dificuldade de acesso da Fiscalização ao local da Execução dos serviços devido à limitação da disponibilidade de viaturas para a locomoção.	Paralisação da obra; Impossibilidade de medição de serviços; execução de serviços durante a ausência da fiscalização;	Antes da emissão da Ordem de Início dos Serviços, planejar as viagens e encaminhar para a reserva de veículo. Solicitar à chefia imediata a necessidade de disponibilidade de empenho para viagens.	Contratante
O Fornecedor é incapaz de executar o contrato por não possuir responsável legalmente habilitado na empresa	Paralisação da obra; Ausência de emissão da ART ou RRT.	No planejamento da contratação será indicado o nível de serviço a ser contratado, estabelecendo a necessidade indicação e comprovação de profissional habilitado.	Contratada
O Fornecedor é incapaz de inciar a obra/serviço devida falta da emissão da Ordem de Serviço Inicial.	Necessidade de aditivo contratual de prazo de vigência e atraso na entrega dos serviços programados	No planejamento da contratação será indicado o prazo para assinatura da ordem de início.	Contratante
Não atendimento às cláusulas editalícias/contratuais no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da empresa.	Problemas jurídicos que possam vir a comprometer o andamento dos serviços.	Instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR); Aplicação de sanções; Exigir comprovantes de regularização de obrigações trabalhistas, as quais a empresa deve fornecer periodicamente conforme edital/contrato ao DER.	Contratada
Não atendimento às cláusulas editalicias/contratuais no que se refere à manutenção das condições de habilitação	Problemas juridicos que possam vir a comprometer o andamento dos serviços e/ou falha na qualidade de entrega dos produtos/serviços da contratada	Instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR); Aplicação de sanções; Exigir comprovantes de regularização de obrigações trabalhistas, as quais a empresa deve	Contratada

		fornecer periodicamente conforme edital/contrato ao DER.	
Não atendimento às cláusulas editalícias/contratuais no que se refere à manutenção da quantidade mínima de equipamentos de topografia, de laboratórios e de veículos, assim como, a quantidade de imóveis e de mobiliário necessários e suficientes para a perfeita execução da obra.	Problemas que possam vir a comprometer o andamento dos serviços, imputar na falha da qualidade do serviço, em atrasos na entrega, patologias precoces nas obras ou surgimento de não conformidades;	Verificar e garantir que a empresa mobilize equipe, equipamento e instalações necessários e suficientes para atendimento ao edital e situação de obras. Ao identificar a ocorrência os fiscais devem acionar os gestores para que estes tomem as medidas cabíveis; Acompanhamento de refazimento de serviços sem ônus ao DER.	Contratada
Demora na mobilização inicial da empresa por situações alheias pertinentes à contratada.	Alteração no prazo de execução do objeto contratual. Postergação do início da obra. Possível necessidade de aditivo de prazo.	Verificar o efetivo início dos serviços dentro do prazo estabelecido em contrato; Exigência de garantia contratual; Previsão de rescisão do contrato e aplicação de sanções; Acionar o seguro contra riscos de engenharia.	Contratada
Situações de obra que configurem caso fortuito ou força maior como endemias, pandemias, enxurradas, escorregamentos, desabamentos, alagamentos, incêndios naturais, perda de cimbramentos.	Problemas que possam vir a comprometer o andamento dos serviços e imputar em atrasos na entrega, além do surgimento de possíveis patologias precoces nas obras ou de não conformidades; Inviabilização da continuidade da obra; Aumento de custos.	Analisar o caso de acordo com sua complexidade a fim de adotar medidas compatíveis com cada situação, verificando a possibilidade de acionar seguros, tendo em vista que são situações de caráter excepcional.	Contratante/Contratada

Inclusão ou adição de Controle Tecnológico e/ou Geométrico devido à necessidade de execução de ensaios adicionais para caracterizações adicionais imprevisíveis, elaboração/análise de Revisão de Projeto em Fase de Obras.	Adequação de quantitativos; Aditivo de alteração de quantitativos e de custos.	Realizar a adequação de quantitativos e aditivo de alteração de quantitativos e custos da Contratada de acordo com a demanda desde que estes visem a garantia da qualidade e segurança da obra bem como seu devido acompanhamento.	Contratante/Contratada
Resultados de ensaios inconsistentes; Inadequação na aprovação dos ensaios por não atingirem a qualidade e periodicidade exigidos pelas Instruções, Normas e Projeto Básico de engenharia, tais como: resultados apresentados insuficientes e/ou equipamentos não estarem devidamente calibrados.	Surgimento de não conformidades; Patologias precoces nas obras; Controle Tecnológico/Geométrico deficitários	Refazimento de serviços não conformes sem ônus ao DER.	Contratada
A Administração poderá modificar e/ou ampliar especificações de serviço e Normas a serem seguidas a fim de garantir que sejam utilizadas as especificações e normas vigentes.	Possível alteração no prazo, custos e no escopo do objeto.	Reequilíbrios por meio de aditivos contratuais.	Contratante/Contratada
Acréscimo ou redução de volume previsto em projeto devido à ajustes de transporte e reposição de material qualificado, necessidade de tratamento de camadas de solo de baixa capacidade de suporte ou levantamento de quantitativos de maneira equivocada durante a fase de projeto.	Alterações no cronograma. Necessidade de alteração de quantitativos, bem como de prazo.	Conferir criteriosamente se os valores previstos no projeto realmente precisam de adequações durante a execução da obra, e em caso positivo prosseguir com as alterações necessárias, em caso negativo, não aprová-las.	Contratante
Mudança de traçado	Risco de não haver liberação para o contratado iniciar o empreendimento. Risco de não obter desocupação de áreas invadidas ou já desapropriadas. Mudança de prazo, mudança de custo e mudança de traçado	Realizar o levantamentos das áreas, cadastro e avaliação; Adequação de cronograma; Estimar o custo da desapropriação e relocação, incluindo indenizações.	Contratante/Contratada

Mudança de origem de material, ou acréscimo do número de fontes devido ao esgotamento ou impossibilidade de utilizar jazidas; Indisponibilidade ou baixa disponibilidade do material na região indicada para compra;	Necessidade de encontrar e realizar trâmites necessários para a utilização de novas jazidas bem como de demais fornecedores. Atrasos no cronograma.	Conferir situações e capacidades das jazidas previstas em projetos previamente ao início da obra; Conferir disponibilidade de materiais nas regiões indicadas para compra; Buscar alternativas para a aquisição dos materiais necessários visando a garantia do custo-benefício.	Contratante/Contratada
Acréscimo ou redução no quantitativo de serviços decorrentes da necessidade de retaludamentos dos maciços/encostas/taludes, ou de serviços de contenção para estabilização de taludes e maciços não previstos no anteprojeto	Alterações no cronograma. Necessidade de alterações de quantitativos, bem como de prazo.	Realizar visita in loco para verificar a necessidade do serviço de contenção. Caso este não possa ser previsto anteriormente durante a fase de projeto, realizar a adequação de quantitativos de acordo com a demanda desde que estes visem a garantia da qualidade e segurança da obra bem como seu devido acompanhamento.	Contratante
Danos às propriedades vizinhas da obra devido à recalques do solo ou vibração excessiva.	Aumento do custo de execução. Paralisação da obra por ações judiciais ou por órgãos de fiscalização. Pagamento de indenizações. Aplicação de multas e sanções pelos órgãos competentes.	Instrumentação e monitoramento dos recalques. Levantamento inicial e detalhado da situação das propriedades.	Contratada
Impossibilidade de trânsito durante a execução da obra devido ao trânsito de máquinas pesadas, trabalhadores, desenvolvimento de atividades pontuais, dentre outros.	Descontinuidade da prestação do serviço ao usuário e perda de produtividade, necessidade da execução de desvios. Necessidade de aditivos de prazo.	Propor plano de ataque da obra e simular condições operacionais durante a fase de projeto. Durante a fase de execução da obra, prover rotas de acesso provisórias as quais possuam a menor adição de distância possível, garantindo ainda, as condições de trafegabilidade e conforto da via.	Contratada

	A administração poderá modificar especificações de serviço, modificar e/ou ampliar escopo por interesses próprios.	Possível necessidade de aditivo/supressão de prazos.	Adotar modificações somente quando estritamente necessário para garantir questões de segurança e conformidade com normas e especificações técnicas. Realizar o Reequilíbrio econômico-financeiro por meio de aditivo contratual (excepcional).	Contratante
	Necessidade de remanejamento de Linhas de energia, redes de telecomunicações, saneamento e demais interferências tanto de projeto, quanto executivas, em todas as áreas da obra, inclusive áreas de apoio, além daquelas claramente previstas no Edital, seus anexos e nos critérios de pagamento - desde que mantido o traçado previsto no anteprojeto.	Paralisação da obra; Possível necessidade de aditivos de prazos.	Alterar sequência construtiva devido à reprogramação nos remanejamentos de redes de interferências.	Contratante/Contratada

**PARÁGRAFO QUARTO** - A matriz de riscos é parte integrante deste contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas no instrumento convocatório, que constituem riscos a serem suportados pelo contratante, riscos a serem suportados pelo contratado e os riscos a serem compartilhados pelas partes.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA — DOS CASOS OMISSOS**

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei n. 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO**

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A **CONTRATADA** deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação em caso de inobservância.

#### **CLÁUSULA VÉGESIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO**

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A publicação do presente Termo de Contrato no Diário Oficial, por extrato, será providenciada até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no **prazo de 20 (vinte) dias corridos**, daquela data, correndo as despesas às expensas da **CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA — DAS CONDIÇÕES GERAIS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Declaram as partes que este instrumento corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Fica estabelecido neste instrumento a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexistiu, e a proposta do licitante vencedor (Art. 92, II, Lei n. 14.133/21).

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação (Art. 90, Lei n. 14.133/21).

**PARÁGRAFO QUARTO** - É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação (Art. 90, §2º da Lei n. 14.133/21).

**PARÁGRAFO QUINTO** - Implicará no cancelamento da Nota de Empenho, se a empresa não atender as solicitações dentro dos prazos estipulados, bem como a entrega do objeto fora das especificações exigidas, e, caso isto ocorra, poderá ser convocada a segunda empresa colocada no certame licitatório para efetuar a entrega dos produtos, em iguais condições do primeiro colocado, e assim sucessivamente por ordem de classificação, ou ainda procedendo a Administração ao cancelamento do certame, caso prejudicada a finalidade pública da contratação quanto ao prazo e evolução mercadológica.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Os licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente a presente licitação, dirimindo, oportunamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços e nas especificações sem autorização expressa da comissão de fiscalização;

**PARÁGRAFO OITAVO** - Os representantes da Comissão de Fiscalização, bem como toda pessoa autorizada por ela, terão livre acesso aos serviços e a todos os locais em que estejam sendo realizados os trabalhos.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA — DO FORO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Fica eleito, pelas partes, o Foro da Comarca de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas do presente ajuste, inclusive às questões entre a empresa CONTRATADA e a CONTRATANTE, decorrentes de execução deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente **TERMO DE CONTRATO**, as fls... à ..., do Livro Especial de **CONTRATOS** de Nº..... que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, através de processo xerográfico, devidamente certificadas pela **Procuradoria Geral junto ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes – PGE-DER/RO.**

#### TITULAR DA CONTRATANTE

#### TITULAR DA CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Vieira de Oliveira Miranda, Técnico**, em 29/07/2025, às 11:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0062682076** e o código CRC **00050611**.